



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2019

Aprovado em Conselho de Administração de 18 de setembro de 2018

Revisão aprovada em Conselho de Administração de 24 de setembro de 2019

ÍNDICE

A. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO	3
1. A EMPRESA SIMARSUL, SA.....	3
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
3. PRINCÍPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS	8
3.1 EVEF.....	8
3.2 PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA.....	8
3.3 REVISÃO DO PLANO.....	9
B. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO.....	10
4. PLANO DE ATIVIDADES PLURIANUAL.....	10
4.1 MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	10
4.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	10
4.3 CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	14
4.4 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO.....	14
4.5 PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL.....	15
4.6 FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO	18
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS.....	20
5.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL.....	21
5.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL.....	22
5.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	23
6. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO	24
7. PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (PRG).....	25
7.1 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E PAGAMENTOS EM ATRASO	29
7.2 FROTA AUTOMÓVEL.....	29
8. RECURSOS HUMANOS	32
8.1 ORIENTAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÕES	37
8.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	37
9. INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	38
10. ANEXOS:.....	39

A. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

I. A EMPRESA SIMARSUL, SA

A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 25 milhões de euros, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, formalizado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

A empresa SIMARSUL foi constituída com a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000,00	51,00%
Alcochete	375 455	375 455,00	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305,00	9,10%
Moita	893 590	893 590,00	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290,00	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040,00	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950,00	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585,00	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785,00	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000,00	100,00%

Estima-se em cerca de 605 mil habitantes a população atualmente residente nos 7 municípios que estão a ser servidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal e Sesimbra) e em Azeitão, pertencente ao município de Setúbal e servida através do cliente Águas do Sado.

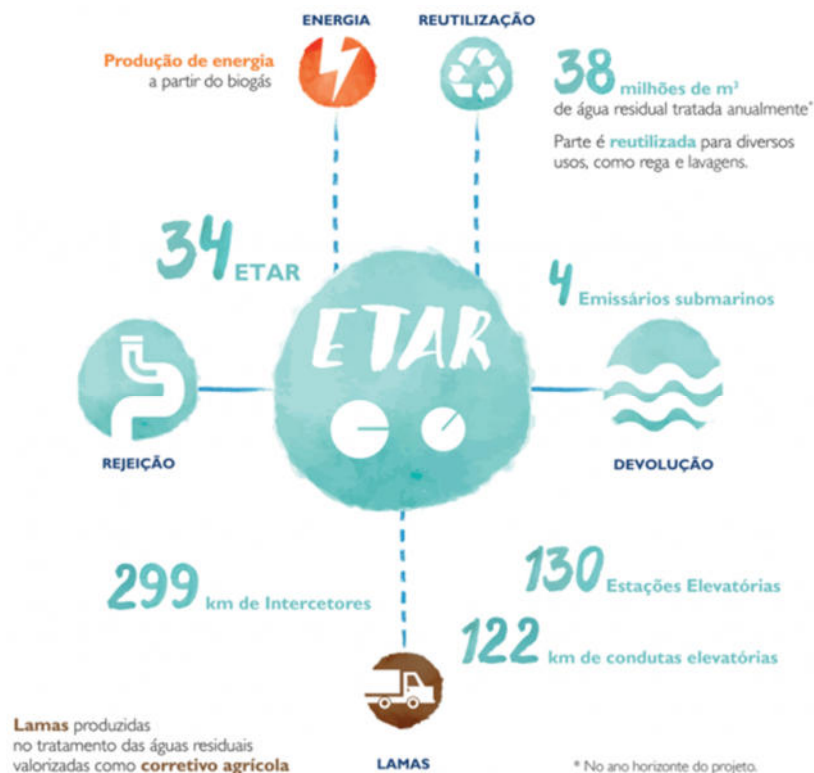
O município de Setúbal integrar-se-á como pleno utilizador a partir do dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município em 24 de novembro de 1997, pelo prazo de 25 anos, ou a partir da data em que, por modificação, rescisão ou resgate do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema, devendo, em qualquer caso, essa integração verificar-se no máximo até 1 de janeiro de 2023.



A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão atual da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração previstos para a concessão:



Atividade da concessão atribuída à SIMARSUL pelo Estado Português

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais (designados por efluentes urbanos) e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;

- A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos são descarregados;
- Oportunidades de expansão da atividade.

O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Estrutura organizacional

Os órgãos sociais da SIMARSUL, para o triénio 2017/2019, foram eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas, realizada a 13 de abril de 2017, após o que foi definida a seguinte estrutura organizacional da Empresa:



2. SUMÁRIO EXECUTIVO

A SIMARSUL é uma empresa pública que integra o perímetro de consolidação do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP) e que pertence ao Setor Empresarial do Estado (SEE), nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A empresa encontra-se organizada para o cumprimento da missão e objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente no:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguardando a sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantindo o cumprimento do respetivo contrato de concessão.

A empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos custos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O financiamento da empresa assenta em recursos próprios, em fundos da União Europeia e em financiamentos do Banco Europeu de Investimentos (BEI). Dispõe ainda de linhas de financiamento de curto prazo destinadas ao apoio (pontual) de tesouraria.

Na definição da sua forma de financiamento a SIMARSUL beneficia da relação de grupo com o acionista maioritário Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP).

3. PRINCÍPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS

3.1 EVEF

O presente documento constitui a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da SIMARSUL para o exercício de 2019. A proposta de PAO encontra-se integralmente suportada no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da empresa. O referido EVEF constitui o anexo III do contrato de concessão celebrado entre o Estado e a empresa.

O ano de 2019 constitui o terceiro ano das demonstrações financeiras constantes do EVEF, apresentando-se na presente proposta o respetivo comparativo histórico com dados reais, relativos a 2017, com a ressalva de que, em algumas situações, os valores relativos a este ano não refletem a total e integral atividade da empresa, uma vez que esta apenas iniciou a sua atividade em julho de 2017.

3.2 PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA

Para além do cumprimento das determinações legais e das diversas orientações governamentais, o PAO 2019 visa cumprir as instruções emanadas do Grupo AdP e as orientações recebidas da tutela e dos acionistas, refletidas nos contratos de gestão.

O exercício de orçamentação para a preparação do PAO 2019 teve como base o EVEF anexo ao contrato de concessão e as instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2019, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Os pressupostos macroeconómicos utilizados e que se reproduzem no quadro seguinte foram:

Pressupostos	PAO 2019	ESTIMATIVA 2020	ESTIMATIVA 2021
Taxa EURIBOR 3 meses	0,00%	0,00%	0,00%
Financiamento BEI	Conforme Contratos	Conforme Contratos	Conforme Contratos
Remuneração Aplicações Tesouraria	2,20%	2,62%	2,88%
Inflação IHPC	1,50%	1,40%	1,50%
Inflação Eletricidade	4,59%	4,59%	4,59%
Taxa de Impostos Sobre os Lucros	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de Derrama Estadual >1,5m€ <=7,5 M€	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de Derrama Estadual >7,5 M€ <= 35M€	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Derrama Estadual >35 M€	7,00%	7,00%	7,00%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%

3.3 REVISÃO DO PLANO

Tendo em conta a proposta de decisão da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), no âmbito do cumprimento das métricas de eficiência propostas para o horizonte temporal de 2019-2021, a publicação, em 28 de junho, do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019 (DLEO 2019), formalizado através o Decreto-Lei n.º 84/2019 e os limites de gastos apresentados pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) no seu relatório de análise 258/2019, de 28 de agosto, o CA da empresa deliberou, em reunião do dia 24 de setembro de 2019, proceder à reformulação da proposta do PAO 2019 anteriormente apresentada.

O presente documento reflete já os valores do fecho real de 2018, bem como os dados reais registados contabilisticamente a junho de 2019.

Os acréscimos de gastos que condicionaram a aprovação por parte da UTAM, da anterior versão do PAO 2019, carregada na plataforma SIRIEF pela SIMARSUL em 25 de julho de 2019, foram todos revistos nesta versão, de modo a acomodar as restrições apresentadas pela UTAM e de modo a assegurar o cumprimento dos respetivos limites apresentados.

Chamamos no entanto à atenção que, tendo em consideração o período de adaptação que a empresa enfrenta e a necessidade de dar resposta às exigências legais e orientações setoriais, os cortes efetuados nos gastos, de forma a garantir o atingimento do indicador GO/VN, nomeadamente ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), colocam em causa a realização de diversos projetos de melhoria, bem como, condicionam a operação, a conservação e a manutenção das infraestruturas da empresa e, consequentemente, poderão condicionar a qualidade do serviço público prestado e contratualmente definido, bem como o atingimento dos objetivos de gestão definidos pela tutela.

Tendo em consideração a data de apresentação da presente revisão do PAO 2019, procedeu-se aos cortes no ano de 2019, não refletindo os mesmos nos anos subsequentes, uma vez que, encontrando-se em curso o exercício orçamental de 2020, as respetivas previsões de gastos e proveitos se encontram em fase de apuramento e análise e se encontram enquadrados no constante no EVEF anexo ao contrato de concessão assinado entre o Estado português e a SIMARSUL.

B. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO

4. PLANO DE ATIVIDADES PLURIANUAL

4.1 MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

4.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2017/2019, dos administradores da SIMARSUL, encontram-se dependentes da prévia fixação das orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas fixadas para o Conselho de Administração (CA) da AdP SGPS, por despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e do Secretário de Estado do Ambiente, em linha com o Programa do XXI Governo Constitucional, aprovado na Assembleia da República.

As orientações estratégicas gerais definidas pelos acionistas da SIMARSUL determinaram que o CA deverá assegurar que a empresa, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, contemplando na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal das trabalhadoras e dos trabalhadores, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram os riscos mais relevantes, suscetíveis de acompanhamento permanente por entidades competentes para o efeito.

Foram ainda definidas as seguintes Orientações Estratégicas Específicas que determinam que o CA da SIMARSUL deverá assegurar que a empresa, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e recentramento da sua atuação, designadamente:

- I. Aprofundar a colaboração com os municípios, através da:
 - I.1. Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a melhoria da gestão do ciclo integral da água;
 - I.2. Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - I.3. Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.

2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 2.1. Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
 - 2.2. Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
 - 2.3. Na constituição e participação em centros de competências, funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
3. Assegurar a elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, através da:
 - 3.1. Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, elaborando e/ou revendo os planos de operação, numa base comparável e consistente;
 - 3.2. Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - 3.3. Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - 3.4. Realização e implementação de um plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e desafios de mudança presentes, designadamente de natureza estrutural e cultural.
5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação, resposta às alterações climáticas e segurança, através da:
 - 5.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 5.2. Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
 - 5.3. Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
 - 5.4. Consolidação e disseminação dos sistemas de informação e avaliação de desempenho das infraestruturas;
 - 5.5. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;

- 5.6. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

Com a definição das orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2017/2019, será anualmente realizada a monitorização dos objetivos de gestão anuais e do mandato, pelos acionistas, que constará do relatório de gestão e de prestação de contas anuais.

A empresa pretende continuar o trabalho iniciado em 2017 e prosseguido em 2018, na procura do atingimento dos objetivos definidos no contrato de concessão, em cumprimento com as orientações emanadas para o Grupo AdP e com a demais legislação aplicável.

Assegurada, em 2018, a manutenção da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança pelas Normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, a empresa continuará a desenvolver esforços para o cumprimento dos requisitos associados.

O CA, no cumprimento das orientações recebidas dos seus acionistas e dado estar ciente da importância que estas questões terão na viabilidade e no equilíbrio económico e financeiro da atividade da sociedade, tinha previsto o desenvolvimento de um conjunto de trabalhos com vista à certificação nas normas NP EN ISO 50001 e ISO 55001. No entanto e com os cortes necessários efetuar para o cumprimento dos limites apresentados pela UTAM, não será possível no ano de 2019 concretizar o objetivo definido.

Paralelamente, procedeu-se aos necessários ajustamentos temporais do Plano de Investimentos constante do EVEF, procurando garantir uma execução atempada, durante o atual período tarifário.

A empresa prevê ainda intensificar o seu investimento e arrancar com novos projetos ao nível da avaliação funcional das infraestruturas e da Segurança no Trabalho, bem como implementar melhorias funcionais e tecnológicas que não foram executadas em 2017 e 2018, devido à falta de recursos humanos e aos constrangimentos à contratação de pessoal.

Continuarão a ser desenvolvidos esforços no sentido de otimizar os recursos da empresa e de minimizar a aquisição de energia ao exterior, quer por via de apostas em energias renováveis, em detrimento de combustíveis fósseis, quer por via de um maior aproveitamento da energia gerada no processo produtivo.

A empresa continuará a encetar esforços no sentido de diminuir a dívida vencida dos utilizadores e clientes da SIMARSUL, quer por via da celebração de acordos de dívida, quer, quando não for possível o acordo, através da instauração de processos judiciais.

4.3 CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A SIMARSUL não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público, e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar, ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, o modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica e administrativa seja titulada por contrato de concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, o que é o caso da SIMARSUL.

4.4 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da empresa, a SIMARSUL tem vindo a encetar esforços no sentido de dispor de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

Plano Anual de Investimentos (PAI)

O PAI, elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos, consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa conta realizar durante o referido período, tendo por base fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade dos efluentes e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimento é controlada rigorosamente, por meio do sistema SAP ERP, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede do PAI e que não cumpram escrupulosamente a delegação de competências em vigor na empresa.

Qualquer investimento que se pretenda realizar, não previsto no PAI, carece de deliberação do CA, independentemente do montante envolvido.

O PAI ora apresentado está de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, apresentando, no entanto, os ajustamentos temporais necessários, decorrentes do início de atividade da SIMARSUL

ter ocorrido somente em julho de 2017, bem como dos constrangimentos verificados em 2018, em resultado da falta de recursos humanos.

Orçamento Anual

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na SIMARSUL, com a participação ativa de todos os responsáveis da empresa, os quais ficam vinculados à justificação dos desvios supervenientes perante o CA. Este documento apresenta as linhas previsionais da empresa, para um horizonte temporal de dois anos, permitindo ainda avaliar a trajetória evolutiva, em termos dos seus proveitos, custos e património.

Controlo

Pretende-se que o controlo da execução do PAI e do Orçamento Anual seja feito mensalmente, através da elaboração de Relatórios de Controlo de Gestão que permitirão monitorizar um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e operacionais.

O cumprimento dos objetivos de gestão definidos para o mandato dos gestores é auditado anualmente pelo acionista maioritário (AdP SGPS), constando o mesmo dos relatórios anuais de prestação de contas, disponibilizados publicamente no site da empresa.

Relatórios de Acompanhamento

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.

Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

4.5 PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da SIMARSUL, atendendo não só ao necessário Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do EVEF da SIMARSUL.

O contrato de concessão da SIMARSUL estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento, a preços constantes de 2016, de cerca de

49 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 25 milhões de euros.

Investimento em Capital Fixo	2017	2018	2018	2019	2020	2021
Unidade: euros	REAL	PAO	REAL	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Edifícios e Outras Construções	55 783	2 208 555	1 044 232	1 178 582	2 934 200	963 505
Equipamento Básico	506 211	1 807 618	89 365	1 280 606	1 616 571	530 834
Outros	29 576	469 655	144 021	228 123	143 339	47 068
Investimento	591 570	4 485 829	1 277 618	2 687 312	4 694 110	1 541 408

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

O valor do investimento em 2018 apresentou uma diminuição significativa face ao que se encontrava previsto no PAO apresentado no ano passado pela empresa, em virtude de atrasos verificados no lançamento de algumas empreitadas, resultantes da falta de recursos humanos, bem como pela existência de procedimentos concursais, relativos à contratação de projetos de execução e de empreitadas, que ficaram desertos. Estas situações obrigaram a uma intensificação e reprogramação do plano de empreitadas para os anos de 2019 e 2020, no sentido de assegurar o cumprimento do respetivo plano de investimento da empresa, previsto no contrato de concessão, para o quinquénio.

No quadro abaixo, apresentam-se as empreitadas discriminadas no apêndice IV do anexo I do contrato de concessão que correspondem aos trabalhos que se prevê que decorram, total ou parcialmente, em 2019, bem como a sua planificação ao longo do triénio:

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2018	Realização no triénio			Valor global previsto
				2019	2020	2021	
3.00-8	Fornecimento e instalação do Sistema de Telegestão da SIMARSUL	2019		180 000	555 000	165 000	900 000
3.00-6	Empreitada de Pavimentações e Reabilitações na Área de Concessão	2018	3 200	19 200	17 600		40 000
3.00-7	Empreitada de Intervenções de Benfeitorias e Beneficiações em Infraestruturas na Área de Concessão	2019		63 000	108 000	29 000	200 000
3.8	Empreitada para Execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio (Subsistema do Barreiro/Moita)	2018	20 000	640 000			660 000
3.8-1	Empreitada de substituição do sistema de gradagem da EE4, EE Vinha das Pedras e EE Fonte da Prata	2019		277 000			277 000
3.9-1	Empreitada de Execução dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema de Canha	2018	249 030	40 970			290 000
3.9-2	Conceção-Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Canha	2017	874 408	44 362			918 770
3.16-2-A	Empreitada de Execução do Intercetor de Alfirim Norte (Subsistema Lagoa/Meco)	2019		145 000	31 000		176 000
3.17-2	Instalação de Gradagem na ETAR da Lagoinha	2019		145 500			145 500
3.20-1	Empreitada de beneficiação no Emissário de Pegões associada à caixa de pluviais	2018	18 000	9 000			27 000
3.21-1	Empreitada de Construção dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema do Pinhal Novo - Remodelação do Emissário Pinhal Novo Norte 2	2019		124 800	125 200		250 000
3.23-0	Empreitada de Ampliação e Beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba (2ª Fase)	2014	1 992 662	374 651	671 687		3 039 000
3.23-1-A	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - EM Corroios	2019		180 000	300 000		480 000
3.23-3	Empreitada de reabilitação da EE Santa Marta de Corroios	2019		128 000	29 000		157 000
3.24-3	Empreitada de beneficiação do balneário do edifício da ETAR da Quinta do Conde	2018	20 000	40 000			60 000
3.26-1	Empreitada para Melhoria da Eficiência Energética da ETAR do Seixal, através da instalação de variadores de velocidade nos ventiladores de desodorização	2018	2 000	7 000			9 000
3.26-6	Empreitada de Execução de Medidas Corretivas e Reabilitação das EE do Porto da Raposa (incluindo implementação de by-pass) e EE da Medideira	2019		87 000	28 000		115 000
3.28-1	Empreitada de Execução para Instalação de Válvula de Retenção na Conduta de Compressão comum da EE da Fortaleza e deslocação da comporta de fecho da entrada da ribeira	2019		2 100	1 900		4 000
3.28-2	Empreitada de substituição do sistema de desidratação da ETAR de Sesimbra e reformulação do sistema de desodorização	2019		99 050	70 950		170 000
3.31-1	Empreitada de reabilitação dos Decantadores Secundários da ETAR da ZIA (pontes e revestimentos interiores)	2019		80 000			80 000
3.00-9	Empreitada de Execução da Pré-Instalação de postos de Carregamento de viaturas elétricas nas ETAR de Quinta do Conde, Lagoinha, Seixal e Barreiro/Moita	2018	24 225	679			24 904
TOTAL			3 203 526	2 687 312	1 938 337	194 000	8 023 174

A metodologia adotada para a priorização dos investimentos é a constante do contrato de concessão.

De acordo com os cálculos abaixo apresentados, a empresa não apresenta em 2019 quaisquer investimentos considerados relevantes ou “com expressão material”, uma vez que nenhum deles tem um valor igual ou superior a 10 milhões de euros ou representa mais de 10% do investimento orçamentado e do orçamento de exploração “cash” (CMVMC+FSE+GP+OGO) para o ano.

Investimento	2 687 312 €
CMVMC	226 422 €
FSE	5 356 031 €
GP	3 279 775 €
OGO	191 965 €
Total	11 741 505 €
10%	1 174 151 €

A SIMARSUL apresenta no seu plano de investimentos um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), Portugal 2020, com o apoio da União Europeia, no âmbito do Fundo de Coesão, designado por “Execução do Subsistema de Canha”, código POSEUR-03-2012-FC-000479, que inclui a “Empreitada de Conceção-construção da ETAR de Canha” e a “Empreitada de Execução dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema de Canha”.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Montante Máximo Elegível	Realização em 2019	Fontes de financiamento			Investimento Relevante	Previsto no EVEF aprovado
					Fundos Comunit.		Auto-financiam.		
					Programa	(%)		(%)	
3.9-1 3.9-2	Execução do Subsistema de Canha	1 208 770	867 750	85 332	POSEUR-03-2012-FC-000479	85%	15%	não	sim

O custo total do investimento é de 1.208.770 euros, sendo o custo total elegível da candidatura de 867.750 euros, com o apoio financeiro da União Europeia de 737.588 euros, o que equivale a uma taxa de cofinanciamento de 85%.

A memória descritiva das empreitadas selecionadas, a realizar total ou parcialmente em 2019, é apresentada nas respetivas fichas anexas, que fazem parte integrante deste documento.

Estes investimentos estão contemplados no plano de investimentos do contrato de concessão e foram, neste âmbito, já avaliados quanto ao seu custo/benefício, estando todos os seus encargos contemplados na tarifa determinada para o contrato de concessão.

No que concerne a medidas de racionalização do investimento em empresas participadas, a SIMARSUL detém uma participação financeira de 5.000 euros na S.ENERGIA.

No que diz respeito a medidas de racionalização no património imobiliário, trata-se de matéria não aplicável à SIMARSUL, uma vez que a empresa não detém, nem prevê deter, património imobiliário.

4.6 FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A estruturação financeira da empresa prevista no EVEF, que suporta este documento, considera o recurso às seguintes fontes de financiamento, para além do autofinanciamento:

- O Capital Social, que ascende a 25 milhões de euros;
- A comparticipação total de fundos comunitários, no montante de aproximadamente 74,8 milhões de euros;
- Os empréstimos do BEI;

O total de financiamento do BEI contratado é de aproximadamente 100 milhões de euros, os quais já foram utilizados na totalidade.

Para o ano de 2019, prevê-se um nível de endividamento bruto de cerca de 79,7 milhões de euros, relativos aos empréstimos BEI II. Prevê-se que o desembolso dos valores contratados ocorra até ao final de 2034.

No que respeita ao período em análise (2019-2021), identificam-se, de seguida, as fontes de financiamento:

Fontes de Financiamento Unidade: euros	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL	2019 PAO	2020 ESTIMADO	2021 ESTIMADO
Passivos não Correntes	148 474 795	151 242 927	143 381 632	135 530 425	129 913 214	123 637 212
Empréstimos	87 315 265	83 674 477	83 834 524	79 992 471	76 082 914	71 536 343
BEI	82 923 178	80 148 743	79 599 298	75 903 286	72 145 181	67 750 061
Integração de Património	4 392 087	3 525 734	4 235 227	4 089 184	3 937 733	3 786 282
Subsídios ao investimento	61 159 530	67 568 450	59 547 108	55 537 954	53 830 300	52 100 869
Subsídios Comunitários	61 159 530	67 568 450	59 547 108	55 537 954	53 830 300	52 100 869
Passivos Correntes	3 157 825	3 356 325	3 356 325	3 758 105	4 395 120	4 900 365
Empréstimos	3 157 825	3 356 325	3 356 325	3 758 105	4 395 120	4 900 365
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	3 157 825	3 356 325	3 356 325	3 758 105	4 395 120	4 900 365
Total	151 632 620	154 599 252	146 737 957	139 288 530	134 308 334	128 537 577

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Apresenta-se, de seguida, a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento Unidade: euros	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL	2019 PAO	2020 ESTIMADO	2021 ESTIMADO
Passivos não Correntes	82 923 178	80 148 743	79 599 298	75 903 286	72 145 181	67 750 061
Empréstimos	82 923 178	80 148 743	79 599 298	75 903 286	72 145 181	67 750 061
BEI	82 923 178	80 148 743	79 599 298	75 903 286	72 145 181	67 750 061
Passivos Correntes	3 157 825	3 356 325	3 356 325	3 758 105	4 395 120	4 900 365
Empréstimos	3 157 825	3 356 325	3 356 325	3 758 105	4 395 120	4 900 365
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	3 157 825	3 356 325	3 356 325	3 758 105	4 395 120	4 900 365
Endividamento bruto	86 081 003	83 505 068	82 955 623	79 661 391	76 540 301	72 650 426
Ativos Financeiros	2 275 197	2 275 116	2 342 255	2 295 442	2 274 998	323
Caixa e Bancos	4 699 706	5 920 109	9 898 194	2 434 615	1 307 227	2 774 527
Endividamento líquido	79 106 099	75 309 843	70 715 173	74 931 335	72 958 077	69 875 576

Variação do Endividamento		-2,3%	-2,8%	-3,1%	-3,0%	-3,8%
Empréstimos Bancários de MLP (a)	82 923 178	80 148 743	79 599 298	75 903 286	72 145 181	67 750 061
Empréstimos Bancários (b)	3 157 825	3 356 325	3 356 325	3 758 105	4 395 120	4 900 365
FRn (c=a+b)	86 081 003	83 505 068	82 955 623	79 661 391	76 540 301	72 650 426
Novos Investimentos (d)		0	0	0	0	0
Capital Social (e)	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

No final de 2018, a diminuição do endividamento foi de 2,8%, 0,5% superior ao que se encontrava contemplado em sede de PAO 2018.

No que se refere à variação do endividamento de 2018 para 2019, pela aplicação da fórmula constante do art.º 159.º do DL n.º 84/2019 e dos IPG 2019, prevê-se que a mesma se cifre numa redução de 3,1%.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Todos os elementos económicos e financeiros, bem como de atividade, apresentados no presente documento, correspondem às melhores previsões da empresa, sendo suportadas no EVEF (anexo III do contrato de concessão) e no Orçamento para 2019.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e normas interpretativas (SIC/IFRIC), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2015.

Tal como já referido, toda a informação previsional para este triénio de 2019-2021 é suportada pelo EVEF anexo ao contrato de concessão.

Em 2019, a SIMARSUL prevê aumentar a sua atividade:

- a) Por via da celebração de contratos com novos clientes, nomeadamente a Baía Tejo, S.A., no Barreiro, a Siderurgia Nacional e a Meigal (Lusiaves);
- b) Pelo início da atividade do sistema de drenagem e elevatório de Canha, bem como da respetiva ETAR, que irá assegurar significativas melhorias no serviço prestado, bem como o aumento do caudal recebido para tratamento.

5.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL	2019 PAO	2020 ESTIMADO	2021 ESTIMADO
<i>Unidade: Eur</i>						
Ativos não correntes	224 948 426	230 173 454	225 187 862	227 501 339	231 831 077	230 027 044
Ativos intangíveis líquidos	159 148 268	160 138 616	156 240 186	155 617 857	154 316 341	149 781 997
Ativos intangíveis	209 949 869	215 471 382	211 217 982	215 580 273	220 273 954	221 815 220
Amortizações acumuladas	50 801 601	55 332 766	54 977 797	59 962 417	65 957 613	72 033 224
Ativos tangíveis líquidos	26 142	25 376	34 879	35 332	18 935	18 962
Ativos tangíveis	26 198	34 740	35 703	37 684	20 179	20 321
Amortizações acumuladas	55	9 364	824	2 352	1 244	1 359
Investimento Financeiro	2 280 197	2 280 116	2 347 255	2 300 442	2 279 998	5 323
Impostos diferidos ativos	3 712 187	4 400 637	3 867 391	4 042 570	4 826 147	4 897 834
Desvio tarifários	59 781 631	63 328 708	62 698 150	65 505 138	70 389 657	75 322 929
Ativos correntes	21 905 461	11 483 347	17 087 559	14 114 829	12 734 324	15 822 287
Inventários	39 831	23 675	80 958	20 286	29 074	30 072
Clientes	12 562 724	4 192 137	6 239 690	3 357 327	2 984 370	3 151 639
Estado e outros entes públicos	133 245	49 111	299 322	193 902	467 692	536 295
Outros ativos correntes	1 469 955	1 298 315	569 395	8 024 195	7 922 064	9 305 858
Acréscimo de rendimentos	329 962	10 819	292 769	918 962	834 239	981 089
Gastos a reconhecer	0	0	77 488	116 664	45 864	208 932
Outros Devedores	1 139 993	1 287 496	199 138	6 988 569	7 041 962	8 115 837
Outros ativos financeiros	3 000 000	0	0	84 504	23 896	23 896
Caixa e seus equivalentes	4 699 706	5 920 109	9 898 194	2 434 615	1 307 227	2 774 527
TOTAL DO ATIVO	246 853 887	241 656 801	242 275 421	241 616 167	244 565 401	245 849 331
Capital social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Reservas e outros ajustamentos	35 119 355	37 716 997	37 716 997	39 622 397	41 487 945	44 709 462
Resultado líquido do exercício	2 597 643	2 423 264	1 905 399	1 865 549	3 221 517	3 384 814
Total do capital próprio	62 716 997	65 140 262	64 622 397	66 487 945	69 709 462	73 094 277
Passivos Não Correntes	174 381 203	166 190 495	171 165 801	164 496 946	162 239 406	158 037 604
Provisões	0	0	30 053	0	0	0
Empréstimos	87 315 265	83 674 477	83 834 524	79 992 471	76 082 914	71 536 343
Instituições de crédito e sociedades financeiras (BEI)	82 923 178	80 148 743	79 599 298	75 903 286	72 145 181	67 750 061
Integração de Património	4 392 087	3 525 734	4 235 227	4 089 184	3 937 733	3 786 282
Fornec e out passivos não correntes	0	0	0	0	0	0
Impostos diferidos passivos	14 847 842	11 765 574	15 452 391	16 128 662	17 968 213	18 456 132
Amortizações de investimento futuro	11 058 566	11 321 688	12 301 726	12 837 859	14 357 979	15 944 260
Subsídios ao investimento	61 159 530	59 428 755	59 547 108	55 537 954	53 830 300	52 100 869
Passivos Correntes	9 755 687	10 326 044	6 487 224	10 631 276	12 616 533	14 717 451
Empréstimos	3 157 825	3 356 325	3 356 325	3 758 105	4 395 120	4 900 365
Fornecedores	1 320 561	1 750 121	1 240 180	1 664 282	1 753 753	1 779 187
Outros passivos correntes	4 796 393	4 938 923	1 264 220	4 844 841	5 902 850	7 394 885
Acréscimo de Gastos	974 432	1 568 018	927 742	1 663 825	2 388 965	4 260 296
Rendimentos a Reconhecer	3 566 795	3 023 445	157 827	3 105 206	3 438 074	3 058 779
Outros credores	255 165	347 460	178 651	75 810	75 810	75 810
Estado e outros entes públicos	480 908	280 675	626 499	364 048	564 810	643 014
Total do passivo	184 136 890	176 516 539	177 653 025	175 128 222	174 855 938	172 755 055
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	246 853 887	241 656 801	242 275 421	241 616 168	244 565 401	245 849 331

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

5.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017	2018	2018	2019	2020	2021
Unidade: Eur	REAL	PAO	REAL	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Rendimentos Operacionais	20 532 377	20 527 282	21 033 924	23 783 906	27 717 695	25 080 260
Prestação de serviços	13 839 781	15 249 430	14 949 712	15 299 734	16 205 577	16 627 780
Defice/superavito tarifário de recuperação de gastos	4 535 627	3 547 077	2 916 519	2 806 988	4 884 519	4 933 272
Subsídios ao Investimento	1 546 951	1 730 775	1 612 423	1 582 643	1 707 655	1 729 431
Serviços de Construção (IFRIC 12)	591 570	-	1 277 618	3 978 825	4 694 110	1 541 408
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	18 448	-	277 652	115 716	225 834	248 370
Gastos Operacionais	14 854 532	15 056 392	15 425 603	18 428 361	20 722 115	17 956 313
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	204 636	293 571	190 801	226 422	221 727	228 613
Serviços de Construção (IFRIC 12)	591 570	-	1 277 618	3 978 825	4 694 110	1 541 408
FSE	5 661 999	6 188 290	5 371 730	5 356 031	6 279 175	6 579 350
Gastos com o Pessoal	3 004 683	3 261 884	3 096 952	3 279 775	3 406 972	3 406 972
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	5 225 908	5 202 014	5 341 693	5 395 342	5 999 221	6 075 725
Outros Gastos operacionais	165 737	110 633	146 809	191 965	120 911	124 245
Resultados operacionais	5 677 845	5 470 890	5 608 321	5 355 545	6 995 580	7 123 947
Gastos financeiros	3 961 185	2 693 329	3 363 448	3 130 191	3 077 714	2 987 374
Rendimentos financeiros	63 373	349 780	150 206	124 013	238 931	197 209
Resultados antes de impostos	1 780 033	3 127 341	2 395 080	2 349 366	4 156 796	4 333 783
Imposto diferido associado ao defice/superavito tarifário de recuperação de gastos	(1 020 516)	(904 505)	(656 217)	(631 572)	(1 099 017)	(1 109 986)
Poupança	-	-	-	-	-	-
Utilização	1 020 516	904 505	656 217	631 572	1 099 017	1 109 986
Imposto do exercício	62 209	101 796	40 337	63 586	85 964	1 561
Imposto diferido	1 900 335	302 224	206 873	211 340	249 702	162 578
Poupança	2 364 834	335 537	-	173 894	-	-
Utilização	464 499	33 314	(206 873)	(37 446)	(249 702)	(162 578)
Resultados líquidos do exercício	2 597 643	2 423 264	1 905 399	1 865 549	3 221 517	3 384 814

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

5.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2017	2018	2018	2019	2020	2021
Unidade: Eur	REAL	PAO	REAL	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
ORIGENS DE FUNDOS						
Atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	19 993 782	24 936 640	19 525 686	18 650 953	16 575 798	16 460 510
Pagamentos a fornecedores	(11 527 892)	(8 343 749)	(6 939 853)	(7 210 560)	(7 559 138)	(7 318 088)
Pagamentos ao pessoal	(3 004 683)	(2 329 783)	(1 998 984)	(2 258 144)	(2 499 954)	(2 499 954)
Fluxo gerado pelas operações	5 461 207	14 263 108	10 586 849	9 182 249	6 516 707	6 642 468
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	(249 220)	(94 941)	(46 375)	-	306 110	354 419
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(401 388)	(2 588 359)	(1 134 695)	(2 400 960)	487 321	901 091
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(650 608)	(2 683 300)	(1 181 070)	(2 400 960)	793 431	1 255 510
Fluxo de atividades operacionais	4 810 599	11 579 808	9 405 779	6 781 290	7 310 138	7 897 978
Atividades de investimento						
Recebimentos provenientes de:						
Investimentos financeiros	-	-	-	-	20 444	2 274 674
Ativos fixos intangíveis	-	-	138	36	-	-
Juros e Rendimentos Similares	-	-	69 700	70 367	-	-
Subsídios de Investimento	9 777 231	731 558	515 056	152 770	268 039	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de investimento	9 777 231	731 558	584 894	223 172	288 483	2 274 674
Pagamentos respeitantes a:						
Investimentos financeiros	-	-	(26 487)	(6 000 000)	-	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	(486 041)	(5 215 859)	(1 515 722)	(2 977 831)	(430)	(141)
Ativos Intangíveis	-	-	-	(333 136)	(2 128 691)	(1 519 926)
Outros ativos	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(486 041)	(5 215 859)	(1 542 209)	(9 310 968)	(2 129 121)	(1 520 067)
Fluxo de atividades de Investimento	9 291 190	(4 484 301)	(957 315)	(9 087 796)	(1 840 638)	754 607
Atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-
Outras operações Financiamento	63 334	63 625	11 021 214	23 847	238 931	197 209
Fluxo dos recebimentos da atividade de financiamento	63 334	63 625	11 021 214	23 847	238 931	197 209
Pagamentos respeitantes a:						
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos obtidos	(3 961 146)	(3 157 825)	(3 157 825)	(4 706 426)	(3 758 105)	(4 395 120)
Juros e gastos similares	(2 506 271)	(2 780 904)	(3 112 996)	(474 863)	(3 077 714)	(2 987 374)
Outras operações Financiamento	(3 000 000)	-	(8 000 000)	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	(9 467 417)	(5 938 729)	(14 270 821)	(5 181 289)	(6 835 819)	(7 382 494)
Fluxo de atividades de Financiamento	(9 404 083)	(5 875 104)	(3 249 607)	(5 157 442)	(6 596 888)	(7 185 285)
Variações de caixa e seus equivalentes	4 697 706	1 220 403	5 198 857	(7 463 948)	(1 127 388)	1 467 300
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 000	4 699 706	4 699 706	9 898 563	2 434 615	1 307 227
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 699 706	5 920 109	9 898 563	2 434 615	1 307 227	2 774 527

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

6. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A SIMARSUL, na elaboração da proposta do PAO 2019, teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), designadamente na prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos, no sentido de promoção de um equilíbrio das contas.

Na elaboração deste documento, foi ainda tido em conta o Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho) no que se refere aos gastos operacionais das empresas do setor empresarial do Estado (Art.º 158.º).

Foram ainda tidas em conta, para a elaboração deste exercício, as Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2019 constantes do Ofício Circular n.º 5487, de 21 de novembro de 2018, da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

As tarifas praticadas pela SIMARSUL são estruturadas numa base *cost-plus* que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos + 3%). Como tal, o aumento das receitas mercantis depende do aumento da afluência das águas residuais às infraestruturas de tratamento do sistema multimunicipal.

7. PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (PRG)

O PAO 2019 da SIMARSUL foi preparado com base no EVEF, e reflete o equilíbrio das contas de exploração da empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de gastos, bem como as métricas de eficiência produtiva definidas pela ERSAR. A presente proposta de revisão considera ainda os limites impostos pela UTAM por via do seu relatório de análise 258/2019, de 28 de agosto.

Os montantes estimados no EVEF, que suportam a informação apresentada neste documento, tiveram em conta o desempenho histórico das infraestruturas e as restrições acima descritas e refletem um nível de gastos considerado adequado para garantir o normal funcionamento do sistema multimunicipal, face aos níveis de atividade previstos, eles próprios dependentes da afluência das águas residuais às instalações de tratamento, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. Por este motivo, algumas rubricas de gastos podem vir a registar variações de tendência não linear.

De igual modo, verifica-se a necessidade de dar resposta às exigências legais e orientações que enquadram o setor, emanadas da tutela e regulação e não previstas em sede de EVEF, bem como fazer face aos novos desafios apresentados, em termos de melhoria contínua, para a atividade desenvolvida pela empresa.

No âmbito do cumprimento das metas de eficiência operacional para o período de 2019 a 2021 definidas pela ERSAR e dos limites apresentados pela UTAM no seu relatório de análise 258/2019, de 28 de agosto, relativo ao PAO 2019, a SIMARSUL procedeu à correção dos valores inicialmente constantes do referido PAO, tendo procedido à sua redução, em algumas situações, de modo significativo, para o horizonte temporal referido, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Plano de Redução de Custos	2017	2018	2018	2019	Var 2019 / 2018	
Unidade: Eur	REAL	PAO	REAL	PAO	Valor	%
CMVMC (1)	204 636	293 571	190 801	226 422	35 621	18,67%
FSE's (2)	5 661 999	6 188 290	5 371 730	5 356 031	-15 699	-0,29%
Gastos com o Pessoal (3)	3 004 683	3 261 884	3 096 952	3 279 775	182 823	5,90%
Gastos Operacionais (4) = (1) + (2) + (3)	8 871 317	9 743 745	8 659 483	8 862 229	202 746	2,34%
Volume de Negócios (VN) (5)	13 839 781	15 249 430	14 949 712	15 299 734	350 022	2,34%
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0	0,00%
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	0,00%
Peso dos GO/VN (6) = (4) / (5)	64,10%	63,90%	57,92%	57,92%	0,00%	0,00%
Deslocações e alojamento (7)	12 335	16 441	20 270	20 735	464	2,29%
Ajudas de Custo (8)	0	0	475	11	-464	-97,72%
Gastos com frota automóvel (9)	328 126	293 620	222 492	223 008	516	0,23%
Rendas	171 450	180 151	166 611	146 527	-20 084	-12,05%
Inspeções (a)	0	0	0	0	0	0,00%
Seguros (a) (b)	11 857	7 164	6 674	3 274	-3 399	-50,94%
Portagens	9 428	13 661	15 051	15 539	488	3,24%
Combustíveis	89 852	90 901	70 118	54 988	-15 130	-21,58%
Manutenção (a)	45 538	1 742	-35 962	2 680	38 642	-107,45%
Reparação (a)	0	0	0	0	0	0,00%
Pneumáticos (a)	0	0	0	0	0	0,00%
Taxas e impostos (a)	0	0	0	0	0	0,00%
(7) + (8) + (9)	340 460	310 061	243 237	243 754	516	0,21%
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	3 000	33 000	17 969	17 969	0	0,00%

(a) Valores englobados no valor das rendas a partir de 2018.

(b) Valores relativos a seguros de viaturas com contratos de leasing anteriores a 2018.

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Gastos operacionais / Volume de negócios (GO/VN)

No fecho de 2018 verifica-se uma diminuição significativa do rácio GO/VN face ao verificado em 2017 e ao estimado no PAO 2018, em virtude do atraso verificado ao nível do arranque de alguns projetos previstos para os anos de 2017 e 2018, em consequência de falta de recursos.

Neste exercício de revisão dos gastos operacionais, levado a cabo pela empresa, a SIMARSUL assegura o cumprimento do rácio GO/VN, conforme se demonstra de seguida:

	Real 2017	PAO 2018	EF 2018	Real 2018	PAO 2019		
					SIMARSUL	UTAM	Dif.
Gastos Operacionais (4) = (1) + (2) + (3)	8 871 317	9 743 745	9 214 632	8 659 483	8 862 229	8 659 483	202 746
CMVMC (1)	204 636	293 571	209 482	190 801	226 422	190 801	35 621
FSE's (2)	5 661 999	6 188 290	5 947 153	5 371 730	5 356 031	5 371 730	-15 699
Gastos com o Pessoal (3)	3 004 683	3 261 884	3 057 997	3 096 952	3 279 775	3 096 952	182 823
Volume de Negócios (VN) (5)	13 839 781	15 249 430	15 187 127	14 949 712	15 299 734	14 949 712	350 022
Peso dos GO/VN (6) = (4) / (5)	64,10%	63,90%	60,67%	57,92%	57,92%	57,92%	0,00%

Os cortes realizados ao nível dos gastos operacionais que foram necessários fazer para assegurar o cumprimento do presente rácio obrigaram à redução/suspensão de um conjunto de serviços e trabalhos especializados, considerados críticos para o desenvolvimento e funcionamento da empresa e cumprimento das orientações emanadas pela tutela e pelo acionista maioritário, nomeadamente ao nível da certificação energética e dos ativos, da implementação e apoio a projetos de inovação e desenvolvimento, críticos numa vertente de aumento da eficiência dos processos de tratamento e transporte de efluentes e produção de energia.

Refira-se que alguns destes gastos com FSE que foram sujeitos a cortes dizem respeito a serviços especializados que, por falta de pessoal, não puderam ser realizados mais cedo (em 2017 e 2018) e que se previam arrancar em 2019, nomeadamente a avaliação funcional das infraestruturas e da segurança das mesmas, o reforço dos trabalhos de manutenção e a contratualização do backup de servidores.

Também o contrato assinado com os SMAS Almada, relativo ao tratamento de efluentes do sistema multimunicipal na ETAR da Quinta da Bomba foi desconsiderado neste processo de revisão orçamental de 2019, para assegurar o cumprimento do rácio GO/VN e também por, até à presente data, os SMAS de Almada não terem conseguido demonstrar os cálculos efetuados que justificam o aumento de custos, traduzido no agravamento do preço proposto. Refira-se no entanto que, tratando-se de um aumento resultante de imperativos contratuais (por forma a fazer face aos custos decorrentes da empreitada de beneficiação da infraestrutura da ETAR da quinta da Bomba que, por imperativos legais os SMAS de Almada levaram a cabo), o mesmo poderá vir a ocorrer durante o presente ano ou num dos próximos anos do triénio (2020 ou 2021).

A trajetória de 2020 e 2021 não foi sujeita a qualquer atualização, uma vez que, conforme já referido anteriormente, nos encontramos em fase de apresentação e análise das necessidades da empresa para o exercício orçamental de 2020, onde as referidas trajetórias de proveitos e gastos serão devidamente apresentadas.

A SIMARSUL apresenta uma variação do rácio GO/VN entre 2018 e 2019 de 0%, em cumprimento com o definido no DLEO 2019, art.º 158, n.º 1.

Deslocações, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel

No fecho de 2018 verifica-se uma diminuição significativa dos gastos com deslocações, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel face ao verificado em 2017 e ao estimado no PAO 2018, em virtude de uma redução no valor de algumas rendas de viaturas e dos gastos com a manutenção que passaram a fazer parte integrante dos contratos de *leasing*. Esta redução é mais marcante, em resultado do impacto do valor relativo à redução do acréscimo de gastos constituído a pedido da AdP SGPS através da Ordem de Trabalho 31/2018 que apresenta uma diminuição no montante de 35.962 euros nos gastos com a manutenção de viaturas em 2018, o que faz com que o indicador passe de 279.468 euros (valor que deveria ser considerado em 2018) para os 243.506 euros (saldo obtido no final de 2018).

Após o exercício de revisão dos gastos com deslocações, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel para 2019, verifica-se a seguinte trajetória para estes gastos, que se traduz no cumprimento do mesmo em termos evolutivos:

	Real 2017	PAO 2018	EF 2018	Real 2018	PAO 2019		
					SIMARSUL	UTAM	Dif.
Deslocações e alojamento (7)	12 335	16 441	20 570	20 270	20 735	20 270	464
Ajudas de Custo (8)	0	0	326	475	11	475	-464
Gastos com frota automóvel (9)	328 126	293 620	221 955	222 492	223 008	222 492	516
(7) + (8) + (9)	340 460	310 061	242 852	243 237	243 754	243 237	516
Atividade não comparável							
<i>Gastos viatura nova a excessionar</i>	-	-	-	-	516	-	-
(7) + (8) + (9) Final	340 460	310 061	242 852	243 237	243 237	243 237	0

Verifica-se apenas a existência de um acréscimo de gastos, face a 2018, no montante residual de 516 euros, relativos aos gastos com uma viatura a incorporar na frota da SIMARSUL, em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV), a partir de dezembro de 2019, com um montante de gasto anual previsto de cerca de 6.200 euros, cuja respetiva explicação detalhada se encontra explicitada no ponto 7.2 deste relatório, "Frota Automóvel".

No âmbito do previsto na alínea b) do n.º 3 e 4 do artigo 158.º do DLEO 2019, a SIMARSUL solicita a respetiva autorização de exceção para o aumento de gastos com deslocações, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel em 516 euros em 2019, 6.200 euros em 2020 e 6.200 euros em 2021, face aos valores apresentados para os referidos gastos em 2018.

Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria

No fecho de 2018 verifica-se um aumento significativo dos gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao verificado em 2017, em virtude de o ano de 2017 não ser uma base comparável, pelo início de atividade apenas em julho. Relativamente ao estimado no PAO 2018, os valores apresentados para estes gastos em 2018 foram significativamente inferiores, em virtude do atraso verificado ao nível do arranque de alguns projetos previstos para os anos de 2017 e 2018, em consequência de falta de recursos.

Após o exercício de revisão destes gastos, levado a cabo pela empresa, no sentido de assegurar o cumprimento da trajetória definida para este indicador, a SIMARSUL assegurou o cumprimento da mesma, conforme se demonstra de seguida:

	Real 2017	PAO 2018	EF 2018	Real 2018	PAO 2019		
					SIMARSUL	UTAM	Dif.
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	3 000	33 000	33 000	17 969	17 969	17 969	0
TOTAL	3 000	33 000	33 000	17 969	17 969	17 969	0

Conforme já foi referido anteriormente, alguns dos gastos com trabalhos especializados de consultoria que foram sujeitos a cortes, dizem respeito a serviços especializados de consultoria, considerados críticos para o normal funcionamento da empresa e o cumprimento das orientações emanadas pela tutela e pelo acionista maioritário, nomeadamente ao nível da certificação energética e dos ativos, da implementação e apoio a projetos de inovação e desenvolvimento, críticos numa vertente de aumento da eficiência dos processos de tratamento e transporte de efluentes e da avaliação funcional das infraestruturas e da segurança das mesmas.

A SIMARSUL apresenta uma variação nos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria entre 2018 e 2019 nula, em cumprimento com o definido no DLEO 2019, art.º 158, n.º 3, alínea c).

7.1 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

PMP	2017	2018	2018	2019	2020	2021
Unidade: Dias	REAL	PAO	REAL	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Dívida de curto prazo a fornecedores (saldo à data)	17 668 613	-	1 242 000	1 664 282	1 753 753	1 779 187
Aquisições de bens e serviços (diferença entre meses)	24 440 362	-	1 830 941	4 296 280	5 062 340	2 983 343
PMP Anual em dias	66	60	58	48	34	58

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Em 2018 verifica-se uma redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) face ao ano de 2017, bem como ao PAO de 2018.

O PMP previsto para 2019 representa uma diminuição de cerca de 17% face ao valor de 2018 (passa de 58 para 48 dias).

A SIMARSUL apresenta uma diminuição do PMP entre 2018 e 2019 de 17%, em cumprimento com o definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

7.2 FROTA AUTOMÓVEL

A SIMARSUL, na elaboração da proposta de PAO 2019, teve em consideração a legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, refletindo na sua elaboração, assente no EVEF, um esforço de contenção com os gastos associados à frota automóvel.

Integrada na política do Grupo AdP e para satisfazer as respetivas necessidades em matéria de viaturas, assiste-se à condução de procedimentos contratuais em respeito pelas regras de contratação pública, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência. Os critérios de adjudicação que lhes estão inerentes privilegiam o valor económico dos contratos, tomando em consideração antecipadamente os respetivos custos de exploração, incluindo os encargos decorrentes do consumo de energia, das emissões de CO₂ e das emissões poluentes, que se caracterizam como externalidades negativas, incentivando os operadores económicos a serem mais eficientes neste contexto.

Neste sentido, e integrado na política do Grupo AdP, tem-se vindo a proceder à prorrogação dos contratos de AOV, nas situações em que tal opção seja possível, angariando o tempo necessário para o desenvolvimento de procedimentos pré-contratuais adequados para a substituição das viaturas, com respeito pelo quadro regulamentar em vigor.

Em 2018 a SIMARSUL deu continuidade à utilização de veículos 100% elétricos como parte integrante da frota automóvel operacional. A introdução de veículos de baixas emissões foi uma das medidas previstas no PEPE – Plano de Eficiência de Energia Elétrica 2020 do Grupo AdP, apresentado publicamente em maio

do ano passado, e um dos primeiros projetos apoiados pelo Fundo Ambiental ao abrigo da Estratégia Nacional para a Mobilidade Elétrica. A integração de veículos 100% elétricos na frota automóvel operacional da SIMARSUL permitiu diminuir a pegada de carbono da empresa através da redução da emissão de gases com efeitos de estufa, em particular o CO₂.

De referir ainda que todas as viaturas elétricas detêm um cartão específico e individualizado, que permite aferir os consumos nos processos de carregamento elétrico.

Paralelamente à introdução de veículos de baixas emissões, será promovida, entre outras ações, a certificação energética da frota automóvel da empresa, a implementação de um sistema de georreferenciação e monitorização da frota e a formação dos seus trabalhadores para a ecocondução.

O quadro abaixo inclui todas as despesas, constantes do fecho de 2018 e no Orçamento de 2019, relativas a gastos com a frota automóvel da SIMARSUL, após o exercício de revisão dos referidos gastos, conforme já referido anteriormente:

Viaturas Unidade: Eur	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL	2019 PAO	2020 ESTIMADO	2021 ESTIMADO
Rendas / Indemnizações	171 450	180 151	166 611	146 527	148 996	148 996
Inspeções	0	0	0	0	0	0
Seguros	11 857	7 164	6 674	3 274	3 274	3 274
Portagens	9 428	13 661	15 051	15 539	15 627	15 627
Combustível	89 852	90 901	70 118	54 988	58 109	58 109
Manutenção	45 538	1 742	-35 962	2 680	2 680	2 680
Reparação	0	0	0	0	0	0
Pneumáticos	0	0	0	0	0	0
Taxas e impostos	0	0	0	0	0	0
Total	328 126	293 620	222 492	223 008	228 686	228 686

Viaturas	2017 REAL	2018 PAO	2018 FECHO	2019 PAO	2020 ESTIMADO	2021 ESTIMADO
Viaturas Ligeiras	40	42	42	43	43	43
Viaturas Pesadas	0	0	0	0	0	0
Total	40	42	42	43	43	43

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Verificou-se uma redução significativa dos gastos com a frota automóvel, no fecho de 2018, face ao valor verificado em 2017 e face ao previsto no PAO 2018 pelos motivos já referidos anteriormente no início do presente ponto 7.

O acréscimo verificado ao nível dos gastos com a frota automóvel para o horizonte temporal de 2018 a 2021, resulta apenas e exclusivamente da contratação de uma nova viatura em regime de AOV por parte da empresa, com início esperado em dezembro de 2019 e dos respetivos gastos com portagens, estacionamento e consumos de combustíveis, não tendo esta aquisição um impacto materialmente relevante no conjunto dos referidos gastos.

Refira-se que o aumento de gastos anteriormente referido e para o qual se solicita a devida autorização não tem qualquer impacto no cumprimento do rácio GO/VN.

A contratação da referida viatura visa dar cumprimento legal às condições remuneratórias previstas contratualmente, por parte de um dos trabalhadores da empresa admitido em 2005. A viatura a si atribuída deixou de estar afeta à SIMARSUL, aquando da cisão da antiga empresa na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, altura em que o referido colaborador suspendeu o seu vínculo contratual com a empresa, em virtude de uma licença sem vencimento, tendo o mesmo regressado, já com a nova SIMARSUL constituída, em agosto de 2017, sem que se tivessem alterado as suas condições contratuais. Deste modo, encontra-se devidamente justificada a necessidade da contratação de uma nova viatura para fazer face ao cumprimento do deliberado pela CE da SIMARSUL, em reunião realizada em 12 de janeiro de 2005, conforme constante no ponto 6.3 da referida ata n.º 2 de 2005, anexa ao presente relatório.

No âmbito do previsto na alínea b) do n.º 3 e 4 do artigo 158.º do DLEO 2019, a SIMARSUL solicita autorização para o aumento da frota em 1 viatura, previsto para dezembro de 2019, com vista à regularização da situação de um colaborador que regressou de licença sem vencimento, e cujas condições contratuais que contemplam a atribuição de viatura de serviço personalizada só foram confirmadas após o processo orçamental de 2018.

Solicita igualmente a respetiva autorização de exceção para o aumento de gastos com a frota automóvel em 516 euros em 2019 e 6.200 euros em 2020 e 2021, face aos valores apresentados para os referidos gastos em 2018.

8. RECURSOS HUMANOS

A SIMARSUL partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento das orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao setor empresarial do Estado.

Quadro de recursos humanos

Junto se dá nota do universo dos recursos humanos da empresa e da respetiva evolução prevista para o triénio:

Quadro de Pessoal	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL	2019 PAO	2020 ESTIMADO	2021 ESTIMADO
Órgãos Sociais (a)	10	8	10	10	10	10
Pessoal	93	103	93	103	103	103
Total	103	111	103	113	113	113

(a) Engloba Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração

Quadro de Pessoal	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL	2019 PAO	Var 2019 / 2018	
					Valor	%
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	103	111	103	113	10	9,71%
Nº de Órgãos Sociais (O.S.) (número)	10	8	10	10	0	0,00%
Nº de Cargos de Direção sem O.S. (número)	3	3	3	3	0	0,00%
Nº de Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	90	100	90	100	10	11,11%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (b)/(1-g))	8,36%	7,62%	8,25%	7,90%	0	-4,26%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Ao nível do quadro de pessoal da empresa, verifica-se que o ano de 2018 fechou com o mesmo número de trabalhadores que o ano de 2017 e com menos 10 relativamente ao que se encontrava previsto no respetivo PAO 2018.

Refira-se que os 103 trabalhadores que se encontram previstos constituir o quadro de pessoal da SIMARSUL no final de 2019 (sem contar com os Órgãos Sociais da empresa), já se encontravam contemplados no estudo de viabilidade, anexo ao contrato de concessão, com entrada efetiva em 2017, não tendo a respetiva contratação ocorrido nesse ano, por atrasos procedimentais e em resultado de constrangimentos processuais e limitações da Lei do Orçamento de Estado.

O valor previsto pela empresa de trabalhadores visa suprimir a falta de recursos existente, que condiciona o funcionamento e operação das infraestruturas em condições de segurança e a garantia de um serviço de qualidade às populações servidas.

O PAO 2019 foi elaborado no pressuposto de que o pedido efetuado no PAO 2018, de um regime de exceção para o acréscimo do número de trabalhadores e dos gastos resultantes da referida contratação dos seguintes 10 trabalhadores, por ausência de recursos internos, se encontrava aprovado:

- 4 técnicos operativos;
- 4 técnicos;
- 1 contabilista certificado com experiência em SAP; e
- 1 secretária de administração.

Com a entrada na empresa da totalidade dos referidos trabalhadores em falta, não se preveem novos aumentos dos quadros de pessoal em 2020 e 2021.

No relatório de análise 20/2019, emitido pela UTAM em 11 de fevereiro é, de acordo com o constante na alínea “C. Autorizações Necessárias”, do ponto “1. Síntese”, recomendada a concessão de autorização para a contratação dos 10 trabalhadores adicionais, com base no facto de que, *“A proposta de PAO2018 não chegou a ser aprovada. Contudo, mantém-se atual a informação detalhada, categoria a categoria, sobre os 10 trabalhadores adicionais e os Resultados da Auditoria ao Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança, onde se conclui que a empresa deverá concretizar a contratação dos referidos trabalhadores”*.

No seguimento do referido relatório emitido pela UTAM e, devido à urgência da contratação dos trabalhadores em causa, a SIMARSUL solicitou em 23 de março de 2019, um pedido de autorização excecional ao Secretário de Estado do Tesouro e ao Secretário de Estado do Ambiente, para a admissão imediata de 6 dos 10 trabalhadores atrás referidos, ficando decidido ficar a aguardar pela aprovação final do respetivo PAO para a contratação dos restantes 4.

Em 30 de abril de 2019 a contratação dos seguintes 6 trabalhadores foi autorizada por despacho conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e do Ambiente:

- 2 técnicos operativos;
- 2 técnicos;
- 1 contabilista certificado com experiência em SAP; e
- 1 secretária de administração.

Dos 6 trabalhadores cuja contratação foi já autorizada, 5 já entraram nos quadros da empresa, encontrando-se ainda em fase de recrutamento 1 dos técnicos, cuja contratação se prevê ocorrer até ao final de Setembro 2019.

Desta forma, os princípios que estão na base da contratação dos restantes 4 trabalhadores e da respetiva necessidade de reforço das equipas de trabalho mantêm-se as mesmas face ao que foi identificado na altura.

Enquadrado no previsto no artigo 157.º do DLEO 2019, a SIMARSUL reforça o pedido já anteriormente endereçado ao senhor Secretário de Estado do Tesouro e ao senhor Secretário de Estado do Ambiente, no sentido de confirmar a autorização para a contratação dos restantes 4 trabalhadores inicialmente previstos, no âmbito do PAO 2019.

Ao nível do quadro de pessoal da SIMARSUL verifica-se ainda a existência de um trabalhador, com a categoria de Técnico Operativo que, tendo iniciado as suas funções na empresa em 27 de dezembro de 2017, por substituição de um trabalhador que saiu, se mantém com Contrato a Termo Certo, e que corresponde a uma necessidade permanente da empresa.

Enquadrado no previsto no artigo 157.º do DLEO 2019, a SIMARSUL reforça o pedido já anteriormente endereçado ao senhor Secretário de Estado do Tesouro e ao senhor Secretário de Estado do Ambiente, no sentido de confirmar a autorização para a conversão do contrato de trabalho a termo deste trabalhador para contrato sem termo, no âmbito do PAO 2019

Gastos com pessoal

Relativamente aos gastos com o pessoal, apresenta-se de seguida a evolução real e prevista dos mesmos para o horizonte temporal de 2017 a 2021:

Custos com Pessoal	2017	2018	2018	2019	2020	2021
Unidade: Eur	REAL	PAO	REAL	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Remunerações dos Órgãos Sociais	198 656	243 827	303 076	308 951	317 863	317 863
Remuneração do Pessoal	2 234 267	2 307 462	2 041 760	2 076 634	2 159 374	2 159 374
Encargos sobre Remunerações	315 059	531 166	534 868	542 223	562 882	562 882
Seguros	27 236	112 253	164 224	163 346	170 254	170 254
Outros Gastos com Pessoal	229 464	67 175	53 024	188 622	196 599	196 599
Trabalhos para a Própria Empresa	0	0	0	0	0	0
Total	3 004 683	3 261 884	3 096 952	3 279 775	3 406 972	3 406 972
Impacto do ACT	0	0	21 933	49 119	49 119	49 119

Custos com Pessoal	2017	2018	2018	2019	Var 2019 / 2018	
Unidade: Eur	REAL	PAO	REAL	PAO	Valor	%
Gastos totais com pessoal (1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	3 004 683	3 261 884	3 096 952	3 279 775	182 823	5,90%
(a) Gastos com Órgãos Sociais	246 893	371 002	383 202	384 295	1 093	0,29%
(b) Gastos com Cargos de Direção	251 328	248 447	255 549	259 112	3 563	1,39%
(c) Remunerações do Pessoal	1 989 250	2 071 141	1 954 277	2 096 316	142 040	7,27%
(i) Vencimento base+Subs. Férias+Subs. Natal	1 579 063	1 644 067	1 548 359	1 660 896	112 537	7,27%
(ii) Outros Subsídios	410 187	427 073	405 918	435 421	29 503	7,27%
(iii) Impacto da reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	0	0	0	0	0	0,00%
(iv) Impacto com valorizações remuneratórias não abrangidas por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	0	0	0	0	0	0,00%
(d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0,00%
(e) Ajudas de Custo	0	0	475	11	-464	-97,72%
(f) Restantes Encargos	517 212	571 294	503 449	540 041	36 591	7,27%
(g) Rescisões/Indemnizações	0	0	0	0	0	0,00%
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem impacto das medidas identificadas em (iii), (iv) e (g)	3 004 683	3 261 884	3 096 952	3 279 775	182 823	5,90%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Verifica-se que, ao nível dos gastos com pessoal, o fecho de 2018 apresenta valores abaixo dos previstos no PAO 2018, em resultado não só da não contratação da totalidade dos 10 trabalhadores previstos no EVEF, anexo ao contrato de concessão e já referidos no anterior PAO, como também em resultado de diversas baixas médicas e acidentes de trabalho que ocorreram em 2018 e não previstas em orçamento.

A diferença entre os gastos com pessoal, verificados entre o fecho de 2018 e a previsão para 2019, resulta fundamentalmente dos seguintes impactos:

- Entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), assinado pelas diversas empresas do Grupo AdP e que contemplam acertos remuneratórios nos diversos subsídios atribuídos, bem como a entrada em vigor, a partir de 1 de janeiro de 2019, de uma nova tabela salarial, o que provoca um aumento dos gastos em cerca de 27 mil euros face a 2018;
- As já referidas baixas médicas e de acidentes de trabalho que ocorreram em 2018 e não são alvo de previsão para 2019, 2020 e 2021, o que provoca um aumento dos gastos em cerca de 68 mil euros.

Também a contratação dos novos 10 trabalhadores (dos 6 já autorizados e dos 4 que ainda aguardam autorização) tem impacto no aumento dos gastos em 2019 (bem como nos anos subsequentes), nos gastos com o pessoal, nos seguintes montantes:

Gastos com Pessoal (6 admissões autorizadas)							
	Custo previsto unitário		Quantidade	Entrada	Custo Total Anual		
	Mensal	Anual			2019	2020	2021
Técnicos Operativos (DOP) (entrada em agosto de 2019)	1 520	18 241	2	ago/2019	15 201	36 483	36 483
Técnicos (MAN) (entrada em junho de 2019)	1 470	17 641	2	jun/2019	20 581	35 282	35 282
Secretária de Administração - admissão em julho de 2019	2 819	33 833	1	jul/2019	16 916	33 833	33 833
Contabilista Certificado (entrada em junho de 2019)	4 207	50 490	1	jun/2019	29 452	50 490	50 490
TOTAL	10 017	120 205	6		82 151	156 087	156 087

Gastos com Pessoal (4 admissões por autorizar)

	Custo previsto unitário		Quantidade	Previsão Entrada	Custo Total Anual		
	Mensal	Anual			2019	2020	2021
Técnicos Operativos (DOP)	1 520	18 241	2	dez/2019	3 040	36 483	36 483
Técnicos (MAN)	1 470	17 641	2	dez/2019	2 940	35 282	35 282
TOTAL	2 990	35 882	4		5 980	71 764	71 764

De forma a reforçar a explicação já apresentada para a evolução dos gastos com o pessoal apresentada nos quadros anteriores, remetemos de novo em anexo a nota explicativa à anterior versão do PAO de 2019, já carregada na plataforma do SIRIEF e remetida à UTAM em I de fevereiro do presente ano, onde consta, de forma mais detalhada, ainda que com referência à estimativa de fecho de 2018, a explicação detalhada da evolução dos referidos gastos.

Refira-se adicionalmente que, no relatório de análise 20/2019, emitido pela UTAM em II de fevereiro é, de acordo com o constante na alínea “C. Autorizações Necessárias”, do ponto “I. Síntese”, recomendada a concessão de autorização para o aumento de gastos com pessoal, com base no facto de que, “é entendimento da UTAM que o aumento de encargos com o pessoal proposto se encontra fundamentado”.

Os factos que estão na base do aumento dos gastos verificados com o pessoal em 2018 a 2021 mantêm-se os mesmos face ao que foi identificado na altura, estando dos gastos previstos cobertos pela tarifa determinada aquando da elaboração do estudo de viabilidade económico-financeira.

Enquadrado no previsto no artigo 157.º do DLEO 2019, a SIMARSUL reforça o pedido já anteriormente endereçado ao senhor Secretário de Estado do Tesouro e ao senhor Secretário de Estado do Ambiente, no sentido de aceitar como válidos os encargos com o pessoal, apresentados pela empresa, no âmbito do PAO 2019.

8.1 ORIENTAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÕES

A elaboração da proposta de PAO 2019 teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao SEE, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de Junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho n.º 764/2012, de 25 de maio, do SET;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019);
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019).

8.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Para 2019, assim como para o período de 2020 e 2021, não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na SIMARSUL.

9. INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

A SIMARSUL não prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço Público de Financiamento Unidade: Eur	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL	2019 PAO	2020 ESTIMADO	2021 ESTIMADO
Empréstimos	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0	0	0
Subsídios Governamentais	0	0	0	0	0	0
Outras operações similares	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

10. ANEXOS:

Mapas anexos detalhados trimestralmente;

Nota explicativa à primeira versão do PAO de 2019, carregada no SIRIEF e enviada à UTAM em 1 de fevereiro de 2019;

Projeto de decisão sobre as métricas a definir para os anos de 2019 a 2021 da ERSAR;

Cópia da Ata n.º2/2005 da CE, de 12 de janeiro de 2005;

Despacho N.º 346/19 do senhor Secretário de Estado do Tesouro;

Fichas descritivas das empreitadas a realizar em 2019.

Seixal, 24 de setembro de 2019

O Conselho de Administração

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura – Presidente Executivo

Isidro Durão Heitor – Vogal Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz – Vogal Executivo

Arménio de Figueiredo – Vogal Não Executivo

Paula Alexandra Ferrão Pereira – Vogal Não Executivo

Investimento em Capital Fixo	2017	2018	2018		2019				2020				2021				
	REAL	PAO	REAL		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO				
Unidade: euros			1º Semestre		dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Edifícios e Outras Construções	55 783	2 208 555	620 569	1 044 232	42 817	126 629	662 970	1 178 582	106 598	315 255	1 650 531	2 934 200	35 004	103 521	541 986	963 505	
Equipamento Básico	506 211	1 807 618	33 584	89 365	60 551	75 622	591 272	1 280 606	76 436	95 462	746 392	1 616 571	25 099	31 347	245 093	530 834	
Outros	29 576	469 655	76 632	144 021	9 921	47 780	160 669	228 123	6 234	30 022	100 955	143 339	2 047	9 858	33 151	47 068	
Investimento	591 570	4 485 829	730 785	1 277 618	113 289	250 031	1 414 911	2 687 312	189 268	440 739	2 497 878	4 694 110	62 150	144 726	820 229	1 541 408	

Fontes de Financiamento	2017	2018	2018		2019				2020				2021			
Unidade: euros	REAL	PAO	REAL		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
			1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Passivos não Correntes	148 474 795	151 242 927	147 635 097	143 381 632	142 995 885	142 613 935	137 898 162	135 530 425	135 103 511	134 676 598	132 219 180	129 913 214	129 480 856	129 048 499	126 267 129	123 637 212
Empréstimos	87 315 265	83 674 477	87 315 265	83 834 524	83 842 525	83 850 614	81 961 174	79 992 471	79 992 471	79 992 471	77 961 967	76 082 914	76 082 914	76 082 914	73 733 903	71 536 343
BEI	82 923 178	80 148 743	82 923 178	79 599 298	79 607 298	79 615 387	77 871 990	75 903 286	75 903 286	75 903 286	74 024 234	72 145 181	72 145 181	72 145 181	69 947 621	67 750 061
Integração de Património	4 392 087	3 525 734	4 392 087	4 235 227	4 235 227	4 235 227	4 089 184	4 089 184	4 089 184	4 089 184	3 937 733	3 937 733	3 937 733	3 937 733	3 786 282	3 786 282
Subsídios ao investimento	61 159 530	67 568 450	60 319 833	59 547 108	59 153 360	58 763 322	55 936 987	55 537 954	55 111 041	54 684 127	54 257 213	53 830 300	53 397 942	52 965 584	52 533 226	52 100 869
Subsídios Comunitários	61 159 530	67 568 450	60 319 833	59 547 108	59 153 360	58 763 322	55 936 987	55 537 954	55 111 041	54 684 127	54 257 213	53 830 300	53 397 942	52 965 584	52 533 226	52 100 869
Passivos Correntes	3 157 825	3 356 325	1 655 280	3 356 325	3 356 325	1 694 525	1 694 525	3 758 105	3 758 105	1 879 053	1 879 053	4 395 120	4 395 120	2 197 560	2 197 560	4 900 365
Empréstimos	3 157 825	3 356 325	1 655 280	3 356 325	3 356 325	1 694 525	1 694 525	3 758 105	3 758 105	1 879 053	1 879 053	4 395 120	4 395 120	2 197 560	2 197 560	4 900 365
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	3 157 825	3 356 325	1 655 280	3 356 325	3 356 325	1 694 525	1 694 525	3 758 105	3 758 105	1 879 053	1 879 053	4 395 120	4 395 120	2 197 560	2 197 560	4 900 365
Total	151 632 620	154 599 252	149 290 377	146 737 957	146 352 210	144 308 460	139 592 687	139 288 530	138 861 616	136 555 650	134 098 233	134 308 334	133 875 976	131 246 059	128 464 689	128 537 577

[illegible]

Plano de Atividades e Orçamento 2019 – MAPAS ANEXOS DETALHADOS



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	2017	2018	2018		2019				2020				2021			
	REAL	PAO	REAL		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
Unidade: Eur			1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Ativos não correntes	224 948 426	230 173 454	224 921 334	225 187 862	224 734 839	224 325 463	226 741 736	227 501 339	227 588 394	228 267 066	230 172 777	231 831 077	231 312 039	231 065 300	231 879 925	230 027 044
Ativos intangíveis líquidos	159 148 268	160 138 616	157 708 608	156 240 186	155 333 179	154 400 384	155 740 970	155 617 857	154 789 291	154 415 026	154 301 794	154 316 341	153 035 685	151 905 493	150 861 017	149 781 997
Ativos intangíveis	209 949 869	215 471 382	210 684 754	211 217 982	211 331 272	211 466 033	214 307 873	215 580 273	216 247 573	217 373 085	218 759 630	220 273 954	220 493 076	220 862 660	221 317 961	221 815 220
Amortizações acumuladas	50 801 601	55 332 766	52 976 146	54 977 797	55 998 092	57 065 649	58 566 903	59 962 417	61 458 282	62 958 059	64 457 836	65 957 613	67 457 390	68 957 167	70 456 944	72 033 224
Ativos tangíveis líquidos	26 142	25 376	21 737	34 879	34 519	36 112	35 722	35 332	19 020	18 992	18 964	18 935	19 048	19 020	18 992	18 962
Ativos tangíveis	26 198	34 740	22 098	35 703	35 703	37 684	37 684	37 684	20 179	20 179	20 179	20 179	20 321	20 321	20 321	20 321
Amortizações acumuladas	55	9 364	361	824	1 184	1 572	1 962	2 352	1 159	1 188	1 216	1 244	1 272	1 301	1 329	1 359
Investimento Financeiro	2 280 197	2 280 116	2 300 442	2 347 255	2 347 419	2 347 648	2 300 442	2 300 442	2 300 442	2 300 442	2 300 442	2 279 998	2 279 998	2 279 998	2 279 998	5 323
Impostos diferidos ativos	3 712 187	4 400 637	3 808 387	3 867 391	3 898 480	3 927 582	4 003 234	4 042 570	4 238 268	4 434 228	4 630 187	4 826 147	4 844 068	4 861 990	4 879 912	4 897 834
Desvio tarifários	59 781 631	63 328 708	61 082 160	62 698 150	63 121 242	63 613 378	64 661 369	65 505 138	66 241 372	67 098 379	68 921 391	70 389 657	71 133 240	71 998 800	73 840 007	75 322 929
Ativos correntes	21 905 461	11 483 347	17 980 917	17 087 559	18 357 430	16 809 299	15 767 410	14 114 829	14 088 126	12 904 421	13 229 459	12 734 324	13 687 938	13 334 253	14 268 202	15 822 287
Inventários	39 831	23 675	79 972	80 958	79 269	80 260	18 857	20 286	30 054	26 103	26 960	29 074	31 086	26 999	27 886	30 072
Clientes	12 562 724	4 192 137	9 175 519	6 239 690	7 713 851	6 862 656	4 594 262	3 357 327	4 060 816	3 067 421	3 407 881	2 984 370	3 827 085	2 973 405	3 434 613	3 151 639
Estado e outros entes públicos	133 245	49 111	193 902	299 322	277 496	329 157	235 493	193 902	307 240	360 724	414 208	467 692	484 843	501 994	519 144	536 295
Outros ativos correntes	1 469 955	1 298 315	7 112 121	569 395	585 768	7 014 452,52	7 887 857	8 024 195	7 536 362	6 180 171	5 757 452	7 922 064	8 448 434	7 668 918	7 364 926	9 305 858
Acréscimo de rendimentos	329 962	10 819	388 484	292 769	342 276	708 745	934 332	918 962	759 096	929 196	686 284	834 239	873 037	741 891	928 625	981 089
Gastos a reconhecer	0	0	169 754	77 488	123 674	185 142	116 664	116 664	45 864	45 864	45 864	45 864	208 932	208 932	208 932	208 932
Outros Devedores	1 139 993	1 287 496	6 553 883	199 138	120 019	6 120 565	6 836 861	6 988 569	6 731 402	5 205 112	5 025 304	7 041 962	7 366 466	6 718 096	6 227 369	8 115 837
Outros ativos financeiros	3 000 000	0	0	0	0	0	84 504	84 504	0	0	0	0	0	0	0	23 896
Caixa e seus equivalentes	4 699 706	5 920 109	1 423 404	9 898 194	9 701 045	2 522 773	2 946 438	2 434 615	2 153 653	3 270 002	3 622 957	1 307 227	896 489	2 162 937	2 921 633	2 774 527
TOTAL DO ATIVO	246 853 887	241 656 801	242 902 252	242 275 421	243 092 269	241 134 762	242 509 146	241 616 167	241 676 519	241 171 486	243 402 236	244 565 401	244 999 977	244 399 553	246 148 127	245 849 331
Capital social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Reservas e outros ajustamentos	35 119 355	37 716 997	37 716 997	37 716 997	39 622 397	39 622 397	39 622 397	39 622 397	41 487 945	41 487 945	41 487 945	41 487 945	44 709 462	44 709 462	44 709 462	44 709 462
Resultado líquido do exercício	2 597 643	2 423 264	949 618	1 905 399	419 829	763 750	1 314 649	1 865 549	862 088	1 671 189	2 515 470	3 221 517	1 003 397	1 634 374	2 559 293	3 384 814
Total do capital próprio	62 716 997	65 140 262	63 666 616	64 622 397	65 042 226	65 386 146	65 937 046	66 487 945	67 350 033	68 159 134	69 003 415	69 709 462	70 712 860	71 343 837	72 268 756	73 094 277
Passivos Não Correntes	174 381 203	166 190 495	174 455 688	171 165 801	171 155 759	171 081 306	166 691 650	164 496 946	165 045 621	165 413 402	163 750 678	162 239 406	162 325 598	162 411 790	160 148 971	158 037 604
Provisões	0	0	0	30 053	30 053	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	87 315 265	83 674 477	87 315 265	83 834 524	83 842 525	83 850 614	81 961 174	79 992 471	79 992 471	79 992 471	77 961 967	76 082 914	76 082 914	73 733 903	71 536 343	71 536 343
Instituições de crédito e sociedades financeiras (BEI)	82 923 178	80 148 743	82 923 178	79 599 298	79 607 298	79 615 387	77 871 990	75 903 286	75 903 286	75 903 286	74 024 234	72 145 181	72 145 181	69 947 621	67 750 061	67 750 061
Integração de Património	4 392 087	3 525 734	4 392 087	4 235 227	4 235 227	4 235 227	4 089 184	4 089 184	4 089 184	4 089 184	3 937 733	3 937 733	3 937 733	3 937 733	3 786 282	3 786 282
Formec e out passivos não correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos diferidos passivos	14 847 842	11 765 574	15 114 627	15 452 391	15 534 669	15 632 564	15 961 840	16 128 662	16 725 063	17 139 446	17 553 829	17 968 213	18 090 192	18 212 172	18 334 152	18 456 132
Amortizações de investimento futuro	11 058 566	11 321 688	11 705 964	12 301 726	12 595 152	12 834 807	12 831 649	12 837 859	13 217 047	13 597 358	13 977 668	14 357 979	14 754 549	15 151 119	15 547 690	15 944 260
Subsídios ao investimento	61 159 530	59 428 755	60 319 833	59 547 108	59 153 360	58 763 322	55 936 987	55 537 954	55 111 041	54 684 127	54 257 213	53 830 300	53 397 942	52 965 584	52 533 226	52 100 869
Passivos Correntes	9 755 687	10 326 044	4 779 948	6 487 224	6 894 284	4 667 310	9 880 450	10 631 276	9 280 865	7 598 951	10 648 143	12 616 533	11 961 519	10 643 926	13 730 400	14 717 451
Empréstimos	3 157 825	3 356 325	1 655 280	3 356 325	3 356 325	1 694 525	1 694 525	3 758 105	3 758 105	1 879 053	1 879 053	4 395 120	4 395 120	2 197 560	2 197 560	4 900 365
Fornecedores	1 320 561	1 750 121	1 196 338	1 240 180	894 258	771 704	1 611 918	1 664 282	970 535	817 297	556 609	1 753 753	1 182 850	1 163 938	1 037 752	1 779 187
Outros passivos correntes	4 796 393	4 938 923	1 499 320	1 264 220	2 224 157	1 814 348,12	6 204 891	4 844 841	4 159 079	4 452 234	7 704 893	5 902 850	5 799 188	6 678 516	9 871 625	7 394 885
Acréscimo de Gastos	974 432	1 568 018	1 221 501	927 742	1 949 177	1 534 709	2 824 392	1 663 825	1 459 072	1 131 509	2 053 577	2 388 965	3 020 438	4 069 767	4 654 215	4 260 296
Rendimentos a Reconhecer	3 566 795	3 023 445	198 009	157 827	183 009	178 009	3 105 206	3 105 206	2 657 008	3 218 694	5 494 971	3 438 074	2 692 609	2 450 251	4 972 702	3 058 779
Outros credores	255 165	347 460	80 010	178 651	91 972	101 630	275 293	75 810	42 999	102 032	156 345	75 810	86 141	158 498	244 708	75 810
Estado e outros entes públicos	480 908	280 675	428 810	626 499	419 543	386 732	369 116	364 048	393 146	450 367	507 589	564 810	584 361	603 912	623 463	643 014
Total do passivo	184 136 890	176 516 539	179 235 636	177 653 025	178 050 043	175 748 615	176 572 101	175 128 222	174 326 486	173 012 353	174 398 821	174 855 938	174 287 117	173 055 717	173 879 371	172 755 055
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	246 853 887	241 656 801	242 902 252	242 275 421	243 092 269	241 134 762	242 509 146	241 616 168	241 676 519	241 171 486	243 402 236	244 565 401	244 999 977	244 399 553	246 148 127	245 849 331

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017	2018	2018		2019				2020				2021			
Unidade: Eur	REAL	PAO	REAL		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
			1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Rendimentos Operacionais	20 532 377	20 527 282	10 661 992	21 033 924	4 791 367	9 574 776	15 696 760	23 783 906	5 445 062	10 872 812	18 219 048	27 717 695	5 485 941	10 923 416	17 610 592	25 080 260
Prestação de serviços	13 839 781	15 249 430	7 783 171	14 949 712	3 793 476	7 555 064	11 212 578	15 299 734	4 018 074	8 002 373	11 876 434	16 205 577	4 122 756	8 210 858	12 185 850	16 627 780
Defice/superavito tarifário de recuperação de gastos	4 535 627	3 547 077	1 300 529	2 916 519	423 092	915 588	1 963 219	2 806 988	736 234	1 593 241	3 416 253	4 884 519	743 583	1 609 143	3 450 351	4 933 272
Subsídios ao Investimento	1 546 951	1 730 775	839 698	1 612 423	393 747	784 577	1 183 610	1 582 643	424 849	846 550	1 277 102	1 707 655	430 267	857 346	1 293 388	1 729 431
Serviços de Construção (IFRIC 12)	591 570	-	730 785	1 277 618	113 289	250 031	1 244 737	3 978 825	133 655	294 980	1 468 508	4 694 110	43 888	96 863	482 215	1 541 408
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	18 448	-	7 808	277 652	67 764	69 516	92 616	115 716	132 249	135 669	180 751	225 834	145 447	149 207	198 789	248 370
Gastos Operacionais	14 854 532	15 056 392	7 970 571	15 425 603	3 407 583	7 113 288	11 782 479	18 428 361	3 778 707	7 885 220	13 144 550	20 722 115	3 770 155	7 867 402	12 436 292	17 956 313
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	204 636	293 571	90 744	190 801	51 493	108 683	164 712	226 422	50 425	106 429	161 297	221 727	51 991	109 735	166 306	228 613
Serviços de Construção (IFRIC 12)	591 570	-	730 785	1 277 618	113 289	250 031	1 244 737	3 978 825	133 655	294 980	1 468 508	4 694 110	43 888	96 863	482 215	1 541 408
FSE	5 661 999	6 188 290	2 648 131	5 371 730	1 078 051	2 463 489	3 814 126	5 356 031	1 263 859	2 888 086	4 471 513	6 279 175	1 324 278	3 026 150	4 685 273	6 579 350
Gastos com o Pessoal	3 004 683	3 261 884	1 609 597	3 096 952	816 301	1 573 909	2 413 465	3 279 775	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	5 225 908	5 202 014	2 822 248	5 341 693	1 314 082	2 591 629	3 993 486	5 395 342	1 461 162	2 881 700	4 440 460	5 999 221	1 479 795	2 918 448	4 497 086	6 075 725
Outros Gastos operacionais	165 737	110 633	69 065	146 809	34 367	125 546	151 953	191 965	21 646	79 076	95 709	120 911	22 243	81 257	98 348	124 245
Resultados operacionais	5 677 845	5 470 890	2 691 420	5 608 321	1 383 785	2 461 488	3 914 281	5 355 545	1 666 355	2 987 593	5 074 499	6 995 580	1 715 786	3 056 015	5 174 300	7 123 947
Gastos financeiros	3 961 185	2 693 329	1 608 806	3 363 448	794 260	1 567 977	2 351 239	3 130 191	780 945	1 541 690	2 311 821	3 077 714	758 022	1 496 437	2 243 962	2 987 374
Rendimentos financeiros	63 373	349 780	54 653	150 206	15 833	40 624	87 056	124 013	30 506	78 268	167 728	238 931	25 179	64 601	138 440	197 209
Resultados antes de impostos	1 780 033	3 127 341	1 137 268	2 395 080	605 358	934 135	1 650 098	2 349 366	915 916	1 524 171	2 930 406	4 156 796	982 943	1 624 179	3 068 778	4 333 783
Imposto diferido associado ao defice/superavito tarifário de recuperação de gastos	(1 020 516)	(904 505)	(292 619)	(656 217)	(95 196)	(206 007)	(441 724)	(631 572)	(165 653)	(358 479)	(768 657)	(1 099 017)	(167 306)	(362 057)	(776 329)	(1 109 986)
Poupança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização	1 020 516	904 505	292 619	656 217	95 196	206 007	441 724	631 572	165 653	358 479	768 657	1 099 017	167 306	362 057	776 329	1 109 986
Imposto do exercício	62 209	101 796	17 064	40 337	134 338	50 402	42 703	63 586	181 617	68 141	57 732	85 964	3 297	1 237	1 048	1 561
Imposto diferido	1 900 335	302 224	122 034	206 873	44 005	86 024	148 978	211 340	293 442	573 638	411 453	249 702	191 057	373 489	267 892	162 578
Poupança	2 364 834	335 537	-	-	-	-	87 276	173 894	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização	464 499	33 314	(122 034)	(206 873)	(44 005)	(86 024)	(61 703)	(37 446)	(293 442)	(573 638)	(411 453)	(249 702)	(191 057)	(373 489)	(267 892)	(162 578)
Resultados líquidos do exercício	2 597 643	2 423 264	949 618	1 905 399	419 829	763 750	1 314 649	1 865 549	862 088	1 671 189	2 515 470	3 221 517	1 003 397	1 634 374	2 559 293	3 384 814

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2017	2018	2018		2019				2020				2021			
Unidade: Eur	REAL	PAO	1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
ORIGENS DE FUNDOS																
Atividades operacionais																
Recebimentos de clientes	19 993 782	24 936 640	8 599 275	19 525 686	2 830 199	7 699 789	12 350 386	18 650 953	2 515 304	6 843 090	10 976 249	16 575 798	2 497 809	6 795 495	10 899 907	16 460 510
Pagamentos a fornecedores	(11 527 892)	(8 343 749)	(3 593 651)	(6 939 853)	(1 867 334)	(3 562 833)	(5 321 910)	(7 210 560)	(1 957 606)	(3 735 070)	(5 579 185)	(7 559 138)	(1 895 181)	(3 615 965)	(5 401 274)	(7 318 088)
Pagamentos ao pessoal	(3 004 683)	(2 329 783)	(1 090 152)	(1 998 984)	(411 386)	(1 031 159)	(1 588 990)	(2 258 144)	(455 439)	(1 141 579)	(1 759 144)	(2 499 954)	(455 439)	(1 141 579)	(1 759 144)	(2 499 954)
Fluxo gerado pelas operações	5 461 207	14 263 108	3 915 472	10 586 849	551 479	3 105 797	5 439 486	9 182 249	102 259	1 966 440	3 637 919	6 516 707	147 190	2 037 951	3 739 489	6 642 468
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	(249 220)	(94 941)	(46 375)	(46 375)	-	-	-	-	76 528	153 055	229 583	306 110	88 605	177 209	265 814	354 419
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(401 388)	(2 588 359)	(658 498)	(1 134 695)	(565 519)	(945 534)	(1 539 318)	(2 400 960)	114 783	191 914	312 434	487 321	212 242	354 863	577 713	901 091
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(650 608)	(2 683 300)	(704 873)	(1 181 070)	(565 519)	(945 534)	(1 539 318)	(2 400 960)	191 310	344 969	542 017	793 431	300 846	532 073	843 527	1 255 510
Fluxo de atividades operacionais	4 810 599	11 579 808	3 210 599	9 405 779	(14 039)	2 160 262	3 900 168	6 781 290	293 570	2 311 410	4 179 936	7 310 138	448 036	2 570 024	4 583 016	7 897 978
Atividades de investimento																
Recebimentos provenientes de:																
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 444	-	-	-	2 274 674
Ativos fixos intangíveis	-	-	138	138	-	36	36	36	36	36	36	-	-	-	-	-
Juros e Rendimentos Similares	-	-	49 167	69 700	52 634	70 367	70 367	70 367	70 367	70 367	70 367	-	-	-	-	-
Subsídios de Investimento	9 777 231	731 558	162 146	515 056	80 237	80 237	152 770	152 770	268 039	268 039	268 039	268 039	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de investimento	9 777 231	731 558	211 451	584 894	132 871	150 640	223 172	223 172	338 442	338 442	338 442	288 483	-	-	-	2 274 674
Pagamentos respeitantes a:																
Investimentos financeiros	-	-	(18 617)	(26 487)	-	(6 000 000)	(6 000 000)	(6 000 000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	(486 041)	(5 215 859)	(681 696)	(1 515 722)	(147 862)	(254 102)	(1 530 441)	(2 977 831)	(430)	(430)	(430)	(430)	(141)	(141)	(141)	(141)
Ativos Intangíveis	-	-	-	-	(43 630)	(181 685)	(181 685)	(333 136)	(105 698)	(181 644)	(1 094 030)	(2 128 691)	(75 471)	(129 697)	(781 158)	(1 519 926)
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(486 041)	(5 215 859)	(700 313)	(1 542 209)	(191 492)	(6 435 787)	(7 712 127)	(9 310 968)	(106 128)	(182 074)	(1 094 460)	(2 129 121)	(75 612)	(129 838)	(781 299)	(1 520 067)
Fluxo de atividades de Investimento	9 291 190	(4 484 301)	(488 862)	(957 315)	(58 621)	(6 285 147)	(7 488 954)	(9 087 796)	232 313	156 368	(756 018)	(1 840 638)	(75 612)	(129 838)	(781 299)	754 607
Atividades de financiamento																
Recebimentos provenientes de:																
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações Financiamento	63 334	63 625	3 018 401	11 021 214	-	-	11 924	23 847	-	-	119 477	238 931	-	-	98 614	197 209
Fluxo dos recebimentos da atividade de financiamento	63 334	63 625	3 018 401	11 021 214	-	-	11 924	23 847	-	-	119 477	238 931	-	-	98 614	197 209
Pagamentos respeitantes a:																
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos obtidos	(3 961 146)	(3 157 825)	(1 502 545)	(3 157 825)	-	(3 011 901)	(3 011 901)	(4 706 426)	-	-	-	(3 758 105)	-	-	-	(4 395 120)
Juros e gastos similares	(2 506 271)	(2 780 904)	(1 513 895)	(3 112 996)	(124 489)	(251 863)	(363 363)	(474 863)	(806 845)	(1 632 391)	(2 355 053)	(3 077 714)	(783 162)	(1 584 475)	(2 285 924)	(2 987 374)
Outras operações Financiamento	(3 000 000)	-	(6 000 000)	(8 000 000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	(9 467 417)	(5 938 729)	(9 016 440)	(14 270 821)	(124 489)	(3 263 764)	(3 375 264)	(5 181 289)	(806 845)	(1 632 391)	(2 355 053)	(6 835 819)	(783 162)	(1 584 475)	(2 285 924)	(7 382 494)
Fluxo de atividades de Financiamento	(9 404 083)	(5 875 104)	(5 998 039)	(3 249 607)	(124 489)	(3 263 764)	(3 363 339)	(5 157 442)	(806 845)	(1 632 391)	(2 235 576)	(6 596 888)	(783 162)	(1 584 475)	(2 187 311)	(7 185 285)
Variações de caixa e seus equivalentes	4 697 706	1 220 403	(3 276 302)	5 198 857	(197 149)	(7 388 649)	(6 952 125)	(7 463 948)	(280 962)	835 387	1 188 342	(1 127 388)	(410 737)	855 710	1 614 406	1 467 300
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 000	4 699 706	4 699 706	4 699 706	9 898 563	9 898 563	9 898 563	9 898 563	2 434 615	2 434 615	2 434 615	2 434 615	1 307 227	1 307 227	1 307 227	1 307 227
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 699 706	5 920 109	1 423 404	9 898 563	9 701 414	2 509 914	2 946 438	2 434 615	2 153 653	3 270 002	3 622 957	1 307 227	896 489	2 162 937	2 921 633	2 774 527

Plano de Atividades e Orçamento 2019 – MAPAS ANEXOS DETALHADOS

PRC

Plano de Redução de Custos	2017	2018	2018 REAL		2019 PAO				Var 2019 / 2018		2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	PAO	1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	Valor	%	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
CMVMC (1)	204 636	293 571	90 744	190 801	51 493	108 683	164 712	226 422	35 621	18,67%	50 425	106 429	161 297	221 727	51 991	109 735	166 306	228 613
FSE's (2)	5 661 999	6 188 290	2 648 131	5 371 730	1 078 051	2 463 489	3 814 126	5 356 031	-15 699	-0,29%	1 263 859	2 888 086	4 471 513	6 279 175	1 324 278	3 026 150	4 685 273	6 579 350
Gastos com o Pessoal (3)	3 004 683	3 261 884	1 609 597	3 096 952	816 301	1 573 909	2 413 465	3 279 775	182 823	5,90%	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972
Gastos Operacionais (4) = (1) + (2) + (3)	8 871 317	9 743 745	4 348 472	8 659 483	1 945 844	4 146 081	6 392 303	8 862 229	202 746	2,34%	2 162 243	4 629 464	7 139 873	9 907 873	2 224 228	4 770 834	7 358 643	10 214 935
Volume de Negócios (VN) (5)	13 839 781	15 249 430	7 783 171	14 949 712	3 793 476	7 555 064	11 212 578	15 299 734	350 022	2,34%	4 018 074	8 002 373	11 876 434	16 205 577	4 122 756	8 210 858	12 185 850	16 627 780
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal do GONN (6) = (4) / (5)	64,10%	63,90%	55,87%	57,92%	51,29%	54,88%	57,01%	57,92%	0,00%	0,00%	53,81%	57,85%	60,12%	61,14%	53,95%	58,10%	60,39%	61,43%
Deslocações e alojamento (7)	12 335	16 441	8 531	20 270	5 005	10 516	14 813	20 735	464	2,29%	5 005	10 516	14 813	20 735	5 005	10 516	14 813	20 735
Ajudas de Custo (8)	0	0	163	475	0	11	11	11	-464	-97,72%	0	11	11	11	0	11	11	11
Gastos com frota automóvel (9)	328 126	293 620	96 672	222 492	57 964	116 035	169 252	223 008	516	0,23%	60 796	119 131	173 897	228 686	60 796	119 131	173 897	228 686
Rendas	171 450	180 151	84 971	166 611	35 673	73 342	109 822	146 527	-20 084	-12,05%	36 347	74 688	111 842	148 996	36 347	74 688	111 842	148 996
Inspeções (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguros (a) (b)	11 857	7 164	4 710	6 674	1 422	2 158	2 716	3 274	-3 399	-50,94%	1 422	2 158	2 716	3 274	1 422	2 158	2 716	3 274
Portagens	9 428	13 661	5 013	15 051	4 846	10 244	12 876	15 539	488	3,24%	4 870	10 292	12 948	15 627	4 870	10 292	12 948	15 627
Combustíveis	89 852	90 901	34 125	70 118	14 626	27 611	41 158	54 988	-15 130	-21,58%	15 477	29 314	43 711	58 109	15 477	29 314	43 711	58 109
Manutenção (a)	45 538	1 742	-32 147	-35 962	1 396	2 680	2 680	2 680	38 642	-107,45%	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680
Reparação (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
Pneumáticos (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxas e impostos (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
(7) + (8) + (9)	340 460	310 061	105 367	243 237	62 969	126 562	184 076	243 754	516	0,21%	65 801	129 658	188 721	249 431	65 801	129 658	188 721	249 431
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	3 000	33 000	8 975	17 969	0	6 700	6 700	17 969	0	0,00%	4 492	8 985	13 477	17 969	4 492	8 985	13 477	17 969

(a) Valores englobados no valor das rendas a partir de 2018.

(b) Valores relativos a seguros de viaturas com contratos de leasing anteriores a 2018.

PMP

PMP	2017	2018	2018 REAL		2019 PAO				2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
Unidade: Dias	REAL	PAO	1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Divida de curto prazo a fornecedores (saldo à data)	17 668 613	-	1 194 396	1 242 000	894 258	771 704	1 611 918	1 664 282	970 535	817 297	556 609	1 753 753	1 182 850	1 163 938	1 037 752	1 779 187
Aquisições de bens e serviços (diferença entre meses)	24 440 362	-	2 015 533	1 830 941	1 270 609	1 602 440	2 364 200	4 296 280	1 427 568	1 811 654	2 783 915	5 062 340	1 399 252	1 781 846	2 072 360	2 983 343
PMP Anual em dias	66	60	70	58	59	56	59	48	48	47	36	34	36	39	46	58

Plano de Atividades e Orçamento 2019 – MAPAS ANEXOS DETALHADOS

Frota Automóvel

Viaturas	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL		2019 PAO				2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
Unidade: Eur			1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Gastos com frota automóvel	328 126	293 620	96 672	222 492	57 964	116 035	169 252	223 008	60 796	119 131	173 897	228 686	60 796	119 131	173 897	228 686
Total	328 126	293 620	96 672	222 492	57 964	116 035	169 252	223 008	60 796	119 131	173 897	228 686	60 796	119 131	173 897	228 686

Viaturas	2017 REAL	2018 PAO	2018 FECHO		2019 PAO				2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
			1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Viaturas Ligeiras	40	42	42	42	42	42	42	43	43	43	43	43	43	43	43	43
Viaturas Pesadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	40	42	42	42	42	42	42	43	43	43	43	43	43	43	43	43

Viaturas	2017 REAL	2018 PAO	2018 FECHO		2019 PAO				2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
			1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Gastos com frota automóvel (€)	328 126	293 620	96 672	222 492	57 964	116 035	169 252	223 008	60 796	119 131	173 897	228 686	60 796	119 131	173 897	228 686
N.º de veículos	40	42	42	42	42	42	42	43	43	43	43	43	43	43	43	43
Rendas / Indemnizações	171 450	180 151	84 971	166 611	35 673	73 342	109 822	146 527	36 347	74 688	111 842	148 996	36 347	74 688	111 842	148 996
Inspeções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguros	11 857	7 164	4 710	6 674	1 422	2 158	2 716	3 274	1 422	2 158	2 716	3 274	1 422	2 158	2 716	3 274
Portagens	9 428	13 661	5 013	15 051	4 846	10 244	12 876	15 539	4 870	10 292	12 948	15 627	4 870	10 292	12 948	15 627
Combustível	89 852	90 901	34 125	70 118	14 626	27 611	41 158	54 988	15 477	29 314	43 711	58 109	15 477	29 314	43 711	58 109
Manutenção	45 538	1 742	-32 147	-35 962	1 396	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680	2 680
Reparação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pneumáticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxas e impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	328 126	293 620	96 672	222 492	57 964	116 035	169 252	223 008	60 796	119 131	173 897	228 686	60 796	119 131	173 897	228 686

Quadro de Pessoal

Quadro de Pessoal	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL		2019 PAO				2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
			1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Órgãos Sociais (a)	10	8	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Pessoal	93	103	92	93	93	95	99	103	103	103	103	103	103	103	103	103
Total	103	111	102	103	103	105	109	113	113	113	113	113	113	113	113	113

(a) Engloba Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração

Quadro de Pessoal	2017 REAL	2018 PAO	2018 REAL		2019 PAO				Var 2019 / 2018		2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
			1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	Valor	%	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	103	111	102	103	103	105	109	113	10	9,71%	113	113	113	113	113	113	113	113
Nº de Órgãos Sociais (O.S.) (número)	10	8	10	10	10	10	10	10	0	0,00%	10	10	10	10	10	10	10	10
Nº de Cargos de Direção sem O.S. (número)	3	3	3	3	3	3	3	3	0	0,00%	3	3	3	3	3	3	3	3
Nº de Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	90	100	89	90	90	92	96	100	10	11,11%	100	100	100	100	100	100	100	100
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (b/(1-g))	8,36%	7,62%	8,48%	8,25%	7,85%	7,90%	7,94%	7,90%	0	-4,26%	7,64%	7,92%	7,75%	7,61%	7,64%	7,92%	7,75%	7,61%

Plano de Atividades e Orçamento 2019 – MAPAS ANEXOS DETALHADOS

Gastos com Pessoal

Custos com Pessoal	2017	2018	2018 REAL		2019 PAO				2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	PAO	1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Remunerações dos Órgãos Sociais	198 656	243 827	140 013	303 076	76 440	148 743	229 291	308 951	78 645	153 034	235 905	317 863	78 645	153 034	235 905	317 863
Remuneração do Pessoal	2 234 267	2 307 462	1 102 893	2 041 760	553 566	1 048 641	1 525 191	2 076 634	575 622	1 090 422	1 585 960	2 159 374	575 622	1 090 422	1 585 960	2 159 374
Encargos sobre Remunerações	315 059	531 166	262 009	534 868	132 411	268 766	399 847	542 223	137 456	279 006	415 082	562 882	137 456	279 006	415 082	562 882
Seguros	27 236	112 253	84 385	164 224	42 114	84 282	120 030	163 346	43 895	87 847	125 106	170 254	43 895	87 847	125 106	170 254
Outros Gastos com Pessoal	229 464	67 175	20 298	53 024	11 770	23 478	139 106	188 622	12 341	24 640	145 011	196 599	12 341	24 640	145 011	196 599
Trabalhos para a Própria Empresa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3 004 683	3 261 884	1 609 597	3 096 952	816 301	1 573 909	2 413 465	3 279 775	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972

Impacto do ACT	0	0	0	21 933	12 280	24 560	36 839	49 119	12 280	24 560	36 839	49 119	12 280	24 560	36 839	49 119
-----------------------	----------	----------	----------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Custos com Pessoal	2017	2018	2018 REAL		2019 PAO				Var 2019 / 2018		2020 ESTIMADO				2021 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	PAO	1º Semestre	dez	mar	jun	set	dez	Valor	%	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Gastos totais com pessoal (1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	3 004 683	3 261 884	1 609 597	3 096 952	816 301	1 573 909	2 413 465	3 279 775	182 823	5,90%	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972
(a) Gastos com Órgãos Sociais	246 893	371 002	166 963	383 202	94 556	183 829	283 827	384 295	1 093	0,29%	100 351	200 702	301 052	401 403	100 351	200 702	301 052	401 403
(b) Gastos com Cargos de Direção	251 328	248 447	136 543	255 549	64 076	124 271	191 692	259 112	3 563	1,39%	64 778	129 556	194 334	259 112	64 778	129 556	194 334	259 112
(c) Remunerações do Pessoal	1 989 250	2 071 141	1 036 448	1 954 277	522 950	1 006 508	1 540 962	2 096 316	142 040	7,27%	542 957	1 037 425	1 599 590	2 183 854	542 957	1 037 425	1 599 590	2 183 854
(i) Vencimento base+Subs. Férias+Subs. Natal	1 579 063	1 644 067	822 730	1 548 359	414 329	797 448	1 220 893	1 660 896	112 537	7,27%	430 181	821 944	1 267 343	1 730 251	430 181	821 944	1 267 343	1 730 251
(ii) Outros Subsídios	410 187	427 073	213 718	405 918	108 621	209 059	320 069	435 421	29 503	7,27%	112 776	215 481	332 247	453 603	112 776	215 481	332 247	453 603
(iii) Impacto da reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
(iv) Impacto com valorizações remuneratórias não abrangidas por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
(d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
(e) Ajudas de Custo	0	0	163	475	0	11	11	11	-464	-97,72%	0	11	11	11	0	11	11	11
(f) Restantes Encargos	517 212	571 294	269 480	503 449	134 719	259 291	396 974	540 041	36 591	7,27%	139 873	267 255	412 077	562 592	139 873	267 255	412 077	562 592
(g) Rescisões/Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem impacto das medidas identificadas em (iii), (iv) e (g)	3 004 683	3 261 884	1 609 597	3 096 952	816 301	1 573 909	2 413 465	3 279 775	182 823	5,90%	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972	847 959	1 634 949	2 507 064	3 406 972

PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA SIMARSUL-SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.
SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019 (PAO 2019) da SIMARSUL- Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL), em versão revista e aprovada pelo Conselho de Administração, em 24 de setembro de 2019.

Esta versão revista do PAO para o ano de 2019, procura dar resposta ao despacho nº 880/19-SET de 06 de setembro de 2019 do Gabinete do secretário de Estado do Tesouro, no qual se refere, que a anterior versão do PAO entregue (SIRIEF, versão de 2019-07-25) , revista e aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de julho de 2019, não reuniu as condições necessárias para a sua aprovação.

O PAO 2019, versão revista, apresentado pela SIMARSUL, compreende um Plano de Atividades, um Plano de Investimento/financiamento plurianual, as correspondentes demonstrações financeiras previsionais, bem como a análise do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado.

Na elaboração do presente Parecer, além do conteúdo do PAO 2019, versão revista, elaborado pelo Conselho de Administração, tomámos em consideração:

- Orientações emanadas pela Entidade Reguladora e pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.;
- Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2019 (IPG), ofício n.º 5487, de 11 de novembro de 2018, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);
- Lei de Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro);
- Decreto-lei de Execução Orçamental para 2019 (DLEO) (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho);
- Informações obtidas junto da Empresa relativas à troca de correspondência com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Esclarecimentos prestados pelos órgãos da Comissão Executiva e pelos seus serviços administrativos.

Tomámos também em consideração o Parecer do Revisor Oficial de Contas, emitido nesta mesma data, sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2019.

2. LIMITAÇÕES

A apresentação do PAO 2019, encontra-se com algumas limitações devido aos seguintes factos:

- O ano de 2019 constitui o terceiro ano das demonstrações financeiras constantes do EVEF, apresentando-se na presente proposta o respetivo comparativo histórico com dados reais, relativos a 2017. Contudo, os valores relativos a este ano não refletem a total e integral atividade da empresa, uma vez que esta iniciou a sua atividade apenas em julho de 2017.
- O PAO 2019, não apresenta os impactos da adoção de novas normas internacionais de contabilidade que entrarão em vigor no ano de 2019, nomeadamente, a IFRS 16 sobre as "Locações". No Relatório e Contas a 31 de dezembro de 2018, a empresa divulgou que o impacto esperado, dos ajustamentos da adoção desta norma a 01 de janeiro de 2019, seria de €357.145 no balanço.
- Esta versão do PAO 2019, aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, será ainda objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela, pelo que se, eventualmente, não for aprovado, a sua revisão poderá, eventualmente, conter alterações significativas.

3. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

O PAO de 2019, versão revista, aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de setembro de 2019, consubstancia as orientações definidas pela tutela relativamente aos Instrumentos Previsionais de Gestão e em conformidade com as orientações emanadas pela Entidade Reguladora e pela AdP.

O exercício orçamental para 2019, bem como para 2020 e 2021 decorre das previsões do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), anexo ao Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, celebrado a 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei nº 34/2017, em resultado do processo de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

Nos quadros seguintes, encontram-se as demonstrações financeiras previsionais da SIMARSUL onde evidencia na coluna "2018 REAL", os montantes das contas anuais de 2018 e na coluna de "2019 PAO" a melhor estimativa para 2019, contemplando já dados reais a junho de 2019.

3.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

Posição Financeira Previsional	Valores em euros			
	2018 REAL	2019 PAO	Variação Valor	%
Ativo				
Ativos não correntes	225,187,861	227,501,339	2,313,478	1%
Ativos intangíveis	156,240,186	155,617,857	(622,329)	0%
Ativos tangíveis	34,879	35,332	453	1%
Investimentos financeiros	2,347,255	2,300,442	(46,813)	-2%
Impostos diferidos ativos	3,867,391	4,042,570	175,179	5%
Desvio tarifário ativo de recuperação de custos	62,698,150	65,505,138	2,806,988	4%
Ativos correntes	17,087,560	14,114,829	(2,972,731)	-17%
Inventários	80,958	20,286	(60,672)	-75%
Clientes	6,239,690	3,357,327	(2,882,363)	-46%
Estado e outros entes Públicos	299,322	193,902	(105,420)	-35%
Outros ativos correntes	569,395	8,024,195	7,454,800	1309%
Outros ativos financeiros	-	84,504	84,504	-
Caixa e seus equivalentes	9,898,195	2,434,615	(7,463,580)	-75%
Total do Ativo	242,275,421	241,616,168	(659,253)	0%
Capital próprio e Passivo				
Capital próprio	64,622,396	66,487,946	1,865,550	3%
Capital social	25,000,000	25,000,000	-	0%
Reservas e outros ajustamentos	37,716,997	39,622,397	1,905,400	5%
Resultado líquido do exercício	1,905,399	1,865,549	(39,850)	-2%
Passivo	177,653,025	175,128,222	(2,524,803)	-1%
Passivo não corrente	171,165,801	164,495,946	(6,668,855)	-4%
Provisões	30,053	-	(30,053)	-100%
Empréstimos	83,834,524	79,992,471	(3,842,053)	-5%
Impostos diferidos passivos	15,452,391	16,128,662	676,271	4%
Amortizações de investimento futuro	12,301,726	12,837,859	536,133	4%
Subsídios ao investimento	59,547,107	55,537,954	(4,009,153)	-7%
Passivo corrente	6,487,224	10,632,276	4,144,052	64%
Empréstimos	3,356,325	3,758,105	401,780	12%
Fornecedores	1,240,180	1,664,282	424,102	34%
Outros passivos correntes	1,264,220	4,844,841	3,580,621	283%
Estado e outros entes Públicos	626,499	364,048	(262,451)	-42%
Total do Capital próprio e Passivo	242,275,421	241,616,168	(659,253)	0%

Fonte: PAO 2019 - versão aprovada em 24/09/2019 pela CA

Ativo não corrente

Verifica-se um aumento no PAO 2019 quando comparado com o real de 2018, por via do:

- Aumento do desvio tarifário de recuperação de gastos (€ 2.806.988);
- Redução dos ativos intangíveis (€622.329).

Ativo Corrente

A redução no valor inscrito no PAO 2019 em relação ao real de 2018, deve-se, no seu essencial, à diminuição do valor dos clientes (€ 2.882.363) e da caixa e seus equivalentes (€ 7.463.580) compensada pelo aumento do saldo de outros ativos correntes (€7.454.800).

Passivo não corrente

A redução mais acentuada do orçamento para 2019 quando comparado com o real de 2018, no passivo não corrente, é a dos empréstimos do BEI (redução de €3.842.053), devido aos desembolsos que estão previstos serem realizados.

Passivo corrente

Verifica-se uma subida entre o real de 2018 e o orçamento para 2019.

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

Demonstração de resultados por naturezas previsional	Valores em euros			
	2018	2019	Variação	
	REAL	PAO	Valor	%
Prestação de serviços	14,949,712	15,299,734	350,022	2%
Desvio de recuperação de gastos	2,916,519	2,806,988	(109,531)	-4%
Subsídios ao investimento	1,612,423	1,582,643	(29,780)	-2%
Serviços de Construção (IFRIC 12)	1,277,618	3,978,825	2,701,207	211%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	277,652	115,716	(161,936)	-58%
Volume de Negócios	21,033,924	23,783,906	2,749,982	13%
Custo das Vendas	(190,801)	(226,422)	(35,621)	19%
Serviços de construção (IFRIC 12)	(1,277,618)	(3,978,825)	(2,701,207)	211%
Margem Bruta	19,365,505	19,578,659	213,154	0%
Fornecimentos e serviços externos	(5,371,730)	(5,356,031)	15,699	0%
Gastos com pessoal	(3,096,952)	(3,279,775)	(182,823)	6%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(5,341,693)	(5,395,342)	(53,649)	1%
Outros gastos operacionais	(146,809)	(191,965)	(45,156)	31%
Resultados operacionais	5,608,321	5,355,545	(252,776)	-5%
Gastos financeiros	(3,363,448)	(3,130,191)	233,257	-7%
Rendimentos financeiros	150,207	124,013	(26,194)	-17%
Resultados financeiros	(3,213,241)	(3,006,178)	207,063	-6%
Resultados antes de impostos	2,395,080	2,349,365	(45,714)	-2%
Imposto diferido do desvio de recuperação de gastos	(656,217)	(631,572)	24,645	-4%
Imposto sobre o rendimento do exercício	(40,337)	(63,586)	(23,249)	58%
Impostos diferidos	206,873	211,340	4,467	2%
Resultado líquido do exercício	1,905,399	1,865,549	(39,850)	-2%

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

A variação positiva das prestações de serviços prende-se com a previsão do aumento de novos clientes e pelo início da atividade do sistema de drenagem e elevatória de Canha e da respetiva ETAR, que consumida pelo aumento dos gastos operacionais, leva a uma ligeira diminuição dos resultados operacionais previsionais. A descida dos gastos financeiros, não acompanhou a descida dos resultados operacionais, provocando uma ligeira descida no resultado líquido do exercício, no valor de €39.850.

Dos gastos operacionais subiram em relação a 2018, sendo que apenas os Fornecimentos e serviços externos, reduziram ligeiramente.

Os gastos financeiros reduziram por via da diminuição da redução do financiamento.

3.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAIS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAIS	Valores em euros			
	2018 REAL	2019 PAO	Variação	
			Valor	%
Fluxo de caixa das actividades operacionais	9,405,779	6,781,290	(2,624,489)	-27.9%
Fluxo de caixa das actividades de investimento	(957,315)	(9,087,796)	(8,130,481)	849.3%
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	(3,249,607)	(5,157,442)	(1,907,835)	58.7%
Variação de Caixa e seus equivalentes	5,198,857	(7,463,948)	12,662,805	-243.6%
Caixa e seus equivalentes no início do período	4,699,706	9,898,563	5,198,857	110.6%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9,898,563	2,434,615	(7,463,948)	-75.4%

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

A variação mais significativa é referente ao aumento dos fluxos de caixa das atividades de investimento (cerca de 8.1 milhões de euros), em consequência do aumento do investimento previsto. Verifica-se também um aumento no fluxo relacionado com as atividades de financiamento, mas inferior ao fluxo das atividades de investimento.

4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DA DGTF

Na preparação do PAO 2019 da SIMARSUL, teve-se em consideração uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais e a promoção de um equilíbrio das contas com o objetivo de dar cumprimento às métricas de eficiência.

a) Plano de Redução de Custos (PRC)

De acordo com as orientações da DGTF, o PAO 2019 deve garantir que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, seja igual ou inferior ao ano de 2018.

PLANO REDUÇÃO DE CUSTOS	Valores em euros			
	2018 REAL	2019 PAO	Variação	
			Valor	%
Custo das Vendas	190,801	226,422	35,621	19%
Fornecimentos e serviços externos	5,371,730	5,356,031	-15,699	0%
Gastos com pessoal	3,096,952	3,279,775	182,823	6%
Total Gastos Operacionais	8,659,483	8,862,229	202,746	2%
Volume de Negócios	14,949,712	15,299,734	350,022	2%
GO / VN	57.92%	57.92%	0.00%	0%

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

Face ao real para 2018, o PAO 2019 prevê que o peso dos gastos operacionais no volume de negócios seja igual ao verificado no ano anterior, cumprindo, deste modo, o estipulado nas orientações vigentes.

- b) Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota automóvel, estudos, pareceres, projetos e consultoria

De acordo com o disposto no Decreto-Lei da execução orçamental para 2019 n.º 84/2019, de 28 de Junho, designadamente na alínea b) e c) do n.º 3 e 4 do artigo 158º, o conjunto dos gastos com "Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota automóvel, estudos, pareceres, projetos e consultoria" devem manter-se ou reduzirem-se face ao ano anterior.

Ajudas de Custo, Deslocações e alojamento, frota e estudos, pareceres e projetos e consultoria	2018	2019	Variação	
	REAL	PAO	Valor	%
Deslocações e alojamento	20,270	20,735	465	2.29%
Ajudas de Custo	475	11	-464	-97.68%
Encargos com a frota automóvel	222,492	223,008	516	0.23%
Total	243,237	243,754	517	0.21%
Estudos, pareceres e projetos e consultoria	17,969	17,969	0	0.00%
Total	17,969	17,969	0	0.00%

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

Como podemos constatar no quadro acima, o PAO de 2019, apresentado pela SIMARSUL, contempla um acréscimo nos gastos no valor de €516 no que se refere aos gastos com a frota automóvel, não cumprindo, deste modo, o estipulado nas orientações vigentes. Em consequência, solicitam o pedido de autorização de exceção pelo não cumprimento deste rácio, para 2019, o valor de €516 e para 2020 e 2021, o valor de €6.200, referente a uma viatura em AOV e que será Incorporada na frota da SIMARSUL em dezembro de 2019, conforme justificado no relatório do PAO no ponto 7.

c) Evolução de Recursos Humanos

De acordo com as orientações vigentes, quer da tutela quer das aplicáveis ao setor empresarial do Estado, os gastos com o pessoal não devem ser superiores aos valores do ano anterior.

Evolução dos Recursos Humanos	2018	2019	Variação	
	REAL	PAO	Valor	%
Gastos totais com Pessoal	3,096,952	3,279,775	182,823	5.9%
Impacto do ACT	0	-27,000	-27,000	
Gastos totais com Pessoal sem impacto do ACT	3,096,952	3,252,775	155,823	5.0%
Número total de RH (inclui órgãos sociais e pessoal)	103	113	10	9.7%
Baixas médicas em 2018	68,000			
Gastos com 10 trabalhadores		88,131		
Total Gastos de Pessoal	3,164,952	3,164,644	-308	0.0%

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

No orçamento para 2019, verifica-se um aumento dos gastos com o pessoal, face ao real de 2018, em 5%, sem o impacto do acordo coletivo de trabalho.

Conforme referido no relatório elaborado pela Administração da SIMARSUL, este aumento deve-se, essencialmente, ao facto deste PAO prever gastos relativos:

- Entrada em vigor do acordo coletivo de trabalho com um aumento nos gastos em cerca de 27 mil euros;
- Baixas médicas em cerca de 68 mil euros ocorridas em 2018;
- aos 10 trabalhadores também previstos no EVEF, no valor de 88.131 euros (82.151€ para 6 trabalhadores e 5.980€ para 4 trabalhadores), que em 2018 não ocorreram. A UTAM já recomendou a "concessão de autorização" no seu relatório de análise 20/2019 de 11 de fevereiro;

Conclui-se que, se considerarmos os gastos com as baixas médicas em 2018 e os gastos dos 10 trabalhadores (destes 6 já foram autorizados pela UTAM), podemos dizer que esta rubrica cumpre as orientações exigidas. Assim, estão a solicitar o pedido de autorização para o aumento dos gastos com o pessoal, conforme o que consta do relatório do PAO aprovado pela Administração da SIMARSUL.

5. PLANO DE INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

Plano de Investimento

O investimento para 2019, é justificado pelas obrigações contratuais que a SIMARSUL assumiu no âmbito do contrato de concessão, bem como pela necessidade de assegurar a qualidade do serviço público prestado e deverá atingir cerca de 2.687 milhares de euros, acima do valor do real de 2018:

Investimento	2018	2019	Variação	
	REAL	PAO	Valor	%
Investimento total	1,277,618	2,687,311	1,409,693	110.3%

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

A variação significativa evidenciada no quadro acima deve-se ao atraso no lançamento de algumas empreitadas por falta de pessoal, repercutindo estas empreitadas para anos futuros por forma a assegurar o cumprimento do plano de investimento previsto. De acordo com a informação apresentada no PAO, prevê-se que os investimentos a realizar pela SIMARSUL durante o ano de 2019, sejam financiados através de autofinanciamento, comparticipação de fundos comunitários no montante de aproximadamente 74,8 milhões de euros e os empréstimos do BEI.

As fontes de financiamento externas são, as seguintes:

Fontes de Financiamento	Valores em euros			
	2018 REAL	2019 PAO	Variação Valor	%
Passivos não Correntes	143,381,633	135,530,425	-7,851,208	-5.5%
Empréstimos	83,834,525	79,992,471	-3,842,054	-4.6%
BEI	79,599,298	75,903,286	-3,696,012	-4.6%
Integração de Património	4,235,227	4,089,184	-146,043	-3.4%
Subsídios ao investimento	59,547,108	55,537,954	-4,009,154	-6.7%
Subsídios Comunitários	59,547,108	55,537,954	-4,009,154	-6.7%
Passivos Correntes	3,356,325	3,758,105	401,780	12.0%
Empréstimos	3,356,325	3,758,105	401,780	12.0%
BEI	3,356,325	3,758,105	401,780	12.0%
Total	146,737,958	139,288,530	-7,449,428	-5.1%

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

Endividamento

No que diz respeito à evolução do endividamento, o orçamento prevê uma redução do endividamento de 2019 em relação ao real para 2018.

O quadro seguinte mostra o endividamento bruto e líquido:

Endividamento	Valores em euros			
	2018 REAL	2019 PAO	Variação Valor	%
Empréstimos não Correntes	79,599,298	75,903,286	-3,696,012	-4.6%
Empréstimos Correntes	3,356,325	3,758,105	401,780	12.0%
Endividamento Bruto	82,955,623	79,661,391	-3,294,232	-4.0%
Activos financeiros	2,342,255	2,295,442	-46,813	-2.0%
Caixa e Bancos	9,898,195	3,106,974	-6,791,221	-68.6%
Endividamento líquido	70,715,173	74,258,975	3,543,802	5.0%

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

A redução de 4,6% do endividamento bruto e o aumento de 5% do endividamento líquido quando comparado com o real de 2018, deve-se à previsão do desembolso dos valores contratados ao Banco Europeu do Investimento (BEI), até final de 2034. O Cálculo da variação do endividamento (-3.1%), segundo a aplicação da fórmula dos IPG 2019 e do art.º 158 do DLEO, cumpre as orientações legais exigidas, conforme evidenciado no seguinte quadro:

Cálculo da variação do endividamento	Valor (€)
1- Financiamento remunerado para o final de 2018	82,955,623
2- Financiamento previsto remunerado do 2019	79,661,391
3- Montante de 2019, do investimento com expressão material	
4-Capital social realizado de 2018	25,000,000
5-Capital social previsto de 2019	25,000,000
% de endividamento = ((2-1)+(5-4)-3)/(1+4)	-3.1%

Prazo médio de pagamentos

No que se refere ao prazo médio de pagamentos, prevê-se uma descida de dez dias para 2019.

Prazo Médio de Pagamento	Valores em euros		
	2018 REAL	2019 PAO	Variação
Saldo de fornecedores corrente	1,242,000	1,664,282	422,282
Aquisições de bens e serviços (diferença entre meses)	1,830,941	4,296,280	2,465,339
PMP(dias)	58	48	-10

Fonte: PAO 2019-versão aprovada em 24/09/2019 pelo CA

6. PARECER

Considerando as limitações referidas na nota 2 e com exceção do referido na nota 4 al. b) e c), deste relatório, entendemos que o PAO 2019 da SIMARSUL na versão revista e aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de setembro de 2019 e submetido a Parecer deste Conselho Fiscal, o qual inclui um ativo, capital próprio e resultado líquido do exercício, respetivamente, de 241.616.168 euros, 66.487.946 euros e 1.865.549 euros, cumpre com as orientações legais vigentes, pelo que está em condições de merecer aprovação pelas respetivas Tutelas, sectorial e financeira. Para as exceções ao cumprimento das orientações vigentes (nota 4 al. b) e c)), a Administração solicitou o pedido de autorização de exceção do não cumprimento, para o período temporal de 2019-2021, conforme justificado no PAO 2019 no ponto 7.

Recomenda-se ao órgão de administração que na execução do documento em apreço, seja diligenciado o cumprimento da legislação em vigor, observando, simultaneamente, as orientações proferidas pelos acionistas.

Finalmente, devemos, contudo, advertir que os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos na Informação Financeira Prospetiva e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Seixal, 27 de setembro de 2019

O Conselho Fiscal


Maria do Carmo Reis Silva Mendes

(Presidente)


Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

(Vogal)


João Carlos Alves Faim

(Vogal)



Ao Conselho de Administração da
SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A.

Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2019

Introdução

Procedemos ao exame da Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (adiante designada por Entidade ou SIMARSUL) respeitante ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2019, que compreende a Demonstração da Posição Financeira previsional para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019 com um total de 241.616 milhares de euros, a Demonstração dos resultados por naturezas previsional com um resultado líquido de 1.866 milhares de euros no final daquele exercício, a Demonstração dos fluxos de caixa previsional bem como o Plano de investimentos para o exercício de 2019 com um total de 2.687 milhares de euros, incluindo os pressupostos em que se baseou, os quais se encontram descritos no Plano de Atividades e Orçamento. Esta informação financeira foi preparada para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2019 (Informação Financeira Prospetiva) com base em pressupostos completos e coerentes e de acordo com as recomendações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do Ofício nº 5487, de 21 de novembro de 2018, (ii) a sua apresentação de forma consistente com as políticas contabilísticas e critérios adotados no Relatório e contas anual, (iii) a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento com base nos termos e requisitos da legislação aplicável e (iv) a implementação e manutenção de um sistema de informação apropriado. A nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre tal informação com base no exame efetuado.

Âmbito

O nosso exame foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3400 "O Exame da Informação Financeira Prospetiva", emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e, consequentemente, inclui os procedimentos que tivemos por necessários para avaliar os pressupostos usados e a preparação e a apresentação da informação financeira prospetiva.

Parecer

Baseados no nosso exame dos suportes dos pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para a preparação da Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.. Em nossa opinião, a Informação Financeira Prospetiva foi

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

devidamente preparada com base nos pressupostos e apresentada numa base consistente com as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade.

Sem afetar o nosso parecer incluído no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações relativas ao presente Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2019:

- foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 24 de setembro de 2019 e substituiu as anteriores versões do Plano de Atividades e Orçamento aprovadas pelo mesmo órgão em 18 de setembro de 2018 e 12 de julho de 2019 as quais foram objeto de parecer desfavorável por parte da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM);
- foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 24 de setembro de 2019, mas ainda será objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela, pelo que na eventualidade do referido Plano de atividades e orçamento não vir a ser aprovado, a revisão das estimativas utilizadas na preparação da Informação Financeira Prospetiva poderá ter um impacto significativo no mesmo;
- apesar do aumento dos Gastos operacionais, relevante face à recomendação emanada pelo Ofício nº5487, de 21 de novembro de 2018, da DGTF, a Entidade encontra-se a cumprir com o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios no exercício de 2019;
- o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2019 apresenta um incremento de 516 euros nos gastos com “Deslocações, ajudas de custo, alojamento, gastos com a frota automóvel e contratação de estudos e pareceres” face ao verificado no exercício de 2018, não cumprindo com o estabelecido nas orientações da DGTF. Contudo, o Plano de Atividades e Orçamento inclui, no ponto 7.2, uma justificação da Administração da Entidade relativa ao referido incumprimento;
- a Entidade não se encontra a cumprir com a recomendação da DGTF referente à manutenção ou redução dos gastos com pessoal. O Plano de Atividades e Orçamento inclui, no ponto 8, uma justificação da Administração da Entidade relativa ao referido incumprimento. Contudo, o aumento dos gastos com pessoal já se encontrava previsto nas anteriores versões do Plano de Atividades e Orçamento do exercício de 2019, sendo que esta situação mereceu uma recomendação de concessão de autorização por parte da UTAM no relatório de análise 20/2019 de 11 de fevereiro;
- o contrato de concessão, prevê, a cada período de cinco anos, a revisão do estudo de viabilidade económica e financeira da entidade, incluindo a revisão dos investimentos e dos seus pressupostos base, processo esse que foi assinado a 24 de março de 2017, estando em curso o quinquénio 2017-2021; e
- não contempla os impactos da adoção pela primeira vez em 2019 da Norma Internacional de Contabilidade nº 16 (Locações) pelo facto da Entidade se encontrar na presente data a desenvolver os procedimentos que permitam o apuramento tempestivo e rigoroso dos registos e impactos deste novo normativo. No Relatório e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Entidade divulgou um impacto de transição em 1 de janeiro de 2019 no montante de 357 milhares de euros.

A Informação Financeira Prospetiva está dependente de acontecimentos futuros que poderão não ocorrer da forma esperada. Como consequência, os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Restrição na distribuição e uso

Este parecer é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, para a finalidade mencionada no parágrafo 1, pelo que não deve ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem ser distribuído a outras entidades sem nossa autorização expressa.

27 de setembro de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.